



ATA N.º 51/XII-3º/2019-20

1 - Aos trinta dias do mês de setembro de dois mil e vinte, pelas 21H15, no Pavilhão do Complexo Municipal dos Desportos, sito na Alameda Guerra Junqueiro, nº 35, no Feijó, realizou-se a primeira reunião da Sessão Ordinária de setembro da Assembleia Municipal de Almada, com a seguinte agenda:

- 1 - Período de Intervenção dos Cidadãos
- 2 - Período de Antes da Ordem do Dia
- 3 - Período da Ordem do Dia
 - 3.1 - Apreciação da Informação da Presidente da Câmara Acerca da Atividade Municipal
 - 3.2 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Aquisição de frações habitacionais para realojamento de agregados familiares em situação de carência”
 - 3.3 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Transferência de Competências da Administração Central para as Autarquias Locais para o ano de 2021 na área da Ação Social”
 - 3.4 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Concessão. Exploração de Estação de Serviço de Abastecimento de Combustíveis sita na Parcela C, Quinta da Alembração de Cima, Feijó”
 - 3.5 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Sistemas Informáticos do Departamento de Informática dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada. Designação dos membros de Júri”
 - 3.6 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Gestão Comercial e do Atendimento do Departamento Administrativo e Financeiro dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada. Designação dos membros de Júri”
 - 3.7 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Chefe de Divisão de Controlo da Qualidade da Água do Departamento de Produção e Controlo da Qualidade da Água dos SMAS de Almada. Designação dos membros de Júri”
 - 3.8 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Procedimento concursal para provimento de cargo de Diretor do Departamento de Gestão de Redes de Água, Drenagem e Logística dos Serviços Municipalizados de Água e Saneamento de Almada. Designação dos membros de Júri”
 - 3.9 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Gestão de Ativos. Constituição de Direito de Superfície. Forte de Nossa Senhora da Saúde da Trafaria, frações A, B e C do Bloco 1. Universidade Nova de Lisboa”
 - 3.10 - Apreciação e votação da Proposta da Câmara Municipal sobre “Carta de Princípios de Orçamento Participativo de Almada”

2 – Instalou-se a Mesa constituída pelo Presidente José Joaquim Leitão, pelo 1º Secretário Paulo Viegas e pela 2ª Secretária Ana Paula Silva.

3 - Fez-se a chamada dos/as Senhores/as Deputados Municipais e foi verificado o quórum.

3.1 – Responderam à chamada os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

José Joaquim Machado Courinha Leitão; Ana Margarida Machado da Silva Lourenço; Ivan da Costa Gonçalves; João Ricardo Lourenço Quintino; Paulo Filipe Pereira Viegas; Vítor Manuel dos Santos Castanheira; Henrique Alexandre Margarido de Almeida; Ana Paula Alves da Silva; Débora Figueiredo Carvalho Rodrigues; Sérgio Cantante Faria de Bastos; Carlos Manuel Coelho Revés; João Eduardo Alves de Moura Geraldês; Sónia Tchissolé Pires da Silva; Ana Luísa Abílio Rodrigues de Carvalho; Daniel Pedro Sobral; Maria Luís Casanova Morgado Dias



MUNICÍPIO DE ALMADA

Assembleia Municipal

de Albuquerque; António Francisco Sagueiro; Marina Alexandra Pereira Lopes; José António Espírito Santo Rocha; Fátima Maria da Silva Nogueira Marras; Artur Jorge de Jesus Alfama; António Pedro Rodrigues do Livramento Maco; Carlos Fernando Gonçalves Guedes; Sílvia Maria Mendes de Sousa e José Ricardo Dias Martins.

4 - Nos termos e para os efeitos do nº 3, do artigo 40º, do Regimento da Assembleia, registaram-se os seguintes procedimentos:

4.1 – O Senhor Presidente procedeu ao anúncio das comunicações dos/as Senhores/as Deputados/as Municipais Ana Marques Serra e Moura Salvado (PS); José Manuel Maia Nunes de Almeida (CDU); Bruno Ramos Dias (CDU); Elisabete Peres Pereira (CDU); José Alberto Azevedo Lourenço (CDU); Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU), (não foi substituído); Augusto António Brinquete Proença (PSD) e Inês Pezarat Correia Bom (BE).

4.1.1 – Nos termos legais e regimentais aplicáveis tomaram posse os/as eleitos/as André Macedo Soares Ferreira (PS) por impedimento de Pedro Miguel Dias Rodrigues Pereira e Carina Manuela Silva Mendes Rocha de Sousa; Mara Rita Silva Martins (CDU) por impedimento de José Gabriel Guiomar Joaquim; António José Olaio da Silva (CDU) por impedimento Jorge Miguel Oliveira Feliciano, Mário José de Sousa Pedroso e Andreia Sofia Fernandes Egas; Luís Daniel Valverde Jacinto (CDU) por impedimento José Augusto Tavares Oliveira, Joana Tavares Reis Raposo, António Abrantes de Almeida, José João Santos da Mata, Aurora da Conceição Marques de Almeida, Fernanda Maria Amaro Tavares, Tiago André Emídio de Sousa Martins (PEV), Vânia Sofia de Frias Gonçalves da Cruz, Jorge do Carmo Ventinhas Pé-Curto, Cláudio Nuno dos Reis Silva e Maria do Carmo da Costa Frade Cândido de Almeida; António Paulo Júnior (CDU) por impedimento de José Luís de Oliveira Pires e Filipa Raquel da Silva Barroso; Paulo Alexandre Ribeiro Sabino (PSD) por impedimento de Sónia Raquel Mota Faria; Pedro Miguel Celestino Pereira (BE).

4.1.2 – O Senhor Presidente da União de Freguesias de Almada, Cova da Piedade, Pragal e Cacilhas, Ricardo Jorge Cordeiro Louçã solicitou a sua substituição pelo eleito João Fernando Filipe Marcos. A Senhora Presidente da Junta da União de Freguesias de Caparica e Trafaria, Teresa Paula de Sousa Coelho (CDU) solicitou a sua substituição pelo eleito António Joaquim Oliveira. O Senhor Presidente da União de Freguesias de Charneca de Caparica e Sobreda solicitou a sua substituição pelo eleito João António Franco Rocha. O Senhor Presidente da União de Freguesia de Laranjeiro e Feijó solicitou a sua substituição pela eleita Anabela de Matos Tavares.

4.1.3 - Feitas as substituições ao abrigo das disposições legais e regimentais, registou-se a falta justificada do Senhor Deputado Municipal Nuno Miguel Costa Gonçalves (CDU) e a falta justificada da Senhora Deputada Municipal Eva Borges Araújo Gomes (CDU).

4.2 - O Senhor Presidente comunicou ainda à Assembleia, tendo em conta a informação da Câmara Municipal, a presença da Senhora Vereadora Lina Gonzalez em substituição do senhor Vereador Nuno Matias do Senhor Vereador Tiago Galveia em substituição do Senhor Vereador Joaquim Judas.

4.3 – O Senhor Presidente deu Informação à Assembleia Municipal, relativamente aos Requerimentos dos Senhores/as Deputados/as Municipais dirigidos à Câmara Municipal:

4.3.1 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) sobre intervenção em arruamentos do município para execução da obra “Percurso Escolares Cicláveis”, enviado para a Câmara Municipal em 21/8/2020, ainda não foi respondido;

4.3.2 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre plano municipal de ajuda e recuperação da atividade económica local, enviado para a Câmara Municipal em 12/5/2020, foi respondido em 30/06/2020;

4.3.3 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre saída da GNR do Castelo de Almada e a reabilitação do imóvel de interesse histórico para a cidade pelo programa REVIVE, enviado para a Câmara Municipal em 14/5/2020, foi respondido em 30/06/2020;

4.3.4 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre Julgados de Paz em Almada, enviado para a Câmara Municipal em 18/5/2020, ainda não foi respondido;



4.3.5 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre aquisição de terrenos e início do projeto Almada Cidade da Água na Margueira em Cacilhas, enviado para a Câmara Municipal em 4/6/2020, ainda não foi respondido;

4.3.6 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre requalificação das baterias de Alpena e Raposeira na Trafaria, enviado para a Câmara Municipal em 18/6/2020, ainda não foi respondido;

4.3.7 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre combate COVID-19 Escolas, enviado para a Câmara Municipal em 14/7/2020, ainda não foi respondido;

4.3.8 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre reabilitação e rentabilização dos imóveis militares pela autarquia no município de Almada ao abrigo da proposta do Governo para reabilitação do património imobiliário da Defesa, enviado para a Câmara Municipal em 10/8/2020, ainda não foi respondido;

4.3.9 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre situação e acompanhamento dos lares legais e ilegais no Concelho de Almada, enviado para a Câmara Municipal em 13/8/2020, foi respondido em 4/9/2020;

4.3.10 - O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre reuniões e pareceres do Conselho Municipal de Segurança dos Cidadãos de Almada, enviado para a Câmara Municipal em 25/8/2020, foi respondido em 3/9/2020;

4.3.11 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) sobre concurso para a concessão dos transportes rodoviários de passageiros da Região de Lisboa – Lote 3, enviado para a Câmara Municipal em 15/9/2020, foi respondido em 28/9/2020;

4.3.12 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind) sobre pedido de toda a documentação referente à intervenção que está a decorrer nos acessos à praia da Fonte da Telha, enviado para a Câmara Municipal em 15/6/2020, ainda não foi respondido.

4.3.13 – O requerimento apresentado pela Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind) sobre medidas de combate à pandemia COVID19 de saúde pública e económica, enviado para a Câmara Municipal em 24/4/2020, ainda não foi respondido.

4.3.14 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal José Lourenço sobre o quadro desagregado de apoios ao Movimento, enviado para a Câmara Municipal em 26/6/2020, foi respondido em 20/07/2020.

4.3.15 – O requerimento apresentado pelo Senhor Deputado Municipal João Geraudes sobre fornecimento de documentos referentes à obra realizada na Fonte da Telha pela Câmara Municipal de Almada, enviado para a Câmara Municipal em 29/06/2020, ainda não foi respondido.

4.4 – Finalmente o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, referiu que tinham sido atempadamente distribuídas as Atas nºs 47, 48, 49 e 50/XII-3º, para aprovação pela Assembleia Municipal.

4.4.1 – Colocadas à votação foram aprovadas por unanimidade as Atas nºs 47, 48, 49 e 50/XII-3º e ratificadas as respetivas Minutas nos termos do nº 2 e 3, do artigo 34º, do Código do Procedimento Administrativo.

5 - Foi declarado aberto o Período de Intervenção dos Cidadãos.

5.1 - Usaram da palavra as Senhoras Múncipes Andreia Cristina dos Santos Madeira Vasques e Carina Andreia Ferreira Fernandes.

5.1.1 – A Senhora Múncipe Andreia Cristina Vasques:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O meu nome é Andreia Cristina Vasques, sou moradora na Aldeia dos Capuchos e cuidadora informal, de uma colónia registada na Câmara Municipal de Almada com o número 280. Há mais de um ano que informo várias entidades através de emails os quais passo a indicar: Serviço Veterinário Municipal, Vale Figueira Parque, O Senhor Vereador Dr. Nuno Matias, o Dr. Artur Alfama – PAN, a Dr.ª Ana Guerreiro e a Dr.ª Margarida Paulos, sobre a situação de uma matilha amplamente conhecida como mais de 10 animais que vagueia pela aldeia dos Capuchos e arredores. Nos vários emails trocados, informei que as cadelas estão constantemente a ter crias. E nem sempre eu ou as associações as conseguem capturar fazendo com que haja um aumento constante e descontrolado da mesma. Os animais na altura do cio tornam-se bastante agressivos não só com os humanos, mas entre eles, atacando-se e acabando por se matarem. Passam noites e noites a ladrar, o que causa mau estar entre algumas pessoas que habitam os locais onde vagueiam. São por isso, e muito mais, constantemente alvo de maldades humanas, são muitas vezes atropelados, não tendo qualquer tipo de assistência, sendo que na sua maioria morrem. Não têm sítio onde se abrigar seja das elevadas temperaturas, seja das chuvadas ou do frio. Informei as várias entidades, que alimento diariamente a matilha, porque deixar os animais à fome e sede seria para lá de desumano. Já se dirigiu ao local a Dr.ª Margarida Paulos, que disse que iria reencaminhar a situação. A Dr.ª Ana Guerreiro, que quando foi visitar o local para fazer a aprovação de um gatil, que eu fui colocar, disse que há várias situações de cães a serem tratadas e que a matilha não seria uma prioridade. Por fim, o Dr. Nuno Paixão disse por diversas vezes que iria intervir na matilha, mas que precisava de tempo e meios para o fazer. Sendo que até à data nada foi feito. Recebi esta semana uma resposta do Serviço Veterinário Municipal, a informar que o projeto de captura e esterilização das matilhas já tinha iniciado, mas que não têm capacidade para as alojarem no Centro de Recolha Oficial.

Assim sendo, pergunto: os animais de matilha, quando assilvestrados não devem ser colocados em parques de matilhas para o efeito? Que mais necessita acontecer com esta matilha para que as entidades competentes e responsáveis intervenham? Saliento que sempre me disponibilizei para o que fosse necessário em relação à matilha, mas pergunto até quando e sem qualquer tipo de ajuda ou apoio, tenho de assumir a responsabilidade de alimentar e minimizar as situações que vão acontecendo com a mesma.”

5.1.2 – A Senhora Múncipe Carina Andreia Fernandes:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Venho aqui com o propósito de expor o meu caso. Vivo numa habitação camarária desde 2004, a casa tem apenas dois quartos, sendo que vivo com os meus três filhos. Um rapaz de dezasseis anos, uma rapariga de 12 anos e um rapaz de oito anos. Todos eles no mesmo quarto. Já pedi desde 2008 para trocar de casa por uma maior devido ao meu agregado familiar. Mas até agora, ainda não sucedeu. Para agravar o caso e este é o principal motivo da minha vinda aqui, desde há um ano e meio que estou a sofrer por causa de infiltrações muito graves na minha casa, provocadas por um vizinho do terceiro andar sendo que eu moro no primeiro. Durmo na sala desde novembro do ano passado, pois o meu marido teve uma crise muito grave respiratória, que nos teve de fazer sair do quarto. Tenho dois dos meus filhos asmáticos a viverem numa casa sem condições de saúde, higiene e segurança. Já caiu parte do teto da casa de banho. Na minha casa está impossível o cheiro a humidade. Tenho um balde na casa de banho para onde escorre água todo o dia e toda a noite. Inclusive, tenho minhocas que saem do teto. Há um tempo atrás, foram lá uns senhores verificar as condições do prédio e disseram que naquele prédio e naquele lado do prédio, estava uma grave situação de saúde pública. Depois disso e de vários telefonemas, emails enviados à Câmara Municipal, uma arquiteta foi lá e um mestre de obras, que disseram que era preciso uma intervenção urgente. Apesar disso e com um ano a dormir na sala, continuo à espera de resolver a minha situação. Venho aqui pedir-vos que alguém intervenha e que me ajudem, tenho fotos aqui que provam o estado miserável daquela casa. É urgente mudarem-me de casa ou tratarem daquela. Tenho três crianças a viverem sem condições, passada a quarentena todos numa sala. Não tenho condições financeiras para morar numa casa sem ser da Câmara, infelizmente. E por isso, venho aqui pedir ajuda e pedir que alguém interceda por mim e principalmente pelos meus filhos. Eu acho que isto não pode acontecer, numa Câmara Municipal que diz “Ajudar os seus, os da nossa terra”. Convido quem quiser a visitar a minha casa e a perceber o que se passa, principalmente no meu quarto e na casa de banho. Já mandei moveis fora por estarem podres. Já mandei roupa fora por estar cheia de mofo, livros completamente destruídos, eu sei que se calhar parece pouco para vocês,



para alguns de vocês, mas levei anos para ter uma mobília de quarto que hoje em dia tive de mandar fora, levei anos para pagar aquilo que hoje não tenho. Mais uma vez eu peço ajuda e intervenção de alguém que tenha capacidade para resolver esta situação.”

5.2 - Em resposta aos Senhores Múncipes, prestando esclarecimentos e informações, usaram da palavra a Senhora Presidente da Câmara Municipal, a Senhora Vereadora Lina Gonzalez, a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira e o Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN).

5.2.1 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente às matilhas e se o Senhor Presidente da Mesa me permitir, passarei a palavra à Senhora Vereadora Lina Gonzalez para também dar mais algum esclarecimento. Devo dizer que já houve uma primeira estrutura para recolha de matilhas que foi montada, nós já estamos em articulação entre o Serviço Municipal Veterinário e o Provedor do Animal, já montamos uma primeira estrutura para recolha de matilhas. Como sabe, a questão da recolha de matilhas e sabe certamente melhor do que eu, não é chegar lá pegar nos animais e tirá-los. E, portanto, a estratégia que está a ser montada é em articulação com estes dois serviços, é justamente a criação de uma rede, uma rede onde se mantenham os animais, identificar os animais, identificar os dominantes, ir conseguindo isolá-los para esterilizar os cães e ao mesmo tempo começar, porque não é possível, é muito difícil ter um processo de adoção de qualquer animal de matilha, como sabe tão bem quanto nós. E, portanto, é um processo longo. Sobre a particularidade desta matilha e ainda bem que já lhe responderam, não lhe consigo dizer exatamente em que estado é que estavam os trabalhos. Posso-lhe dizer sim, que todo este processo que é um processo que implicou obviamente também a aquisição de material, estamos a adquirir mais, para conseguir fazer este processo de controlo das matilhas, e também nalguns casos, a perceção se é possível ou não, começar a sociabilizar de novo os cães, a retirada sistemática dos filhotes, como sabe é um processo longo. Para além do mais, há de facto, o projeto de aumentarmos a nossa capacidade de Centro de Recolha, já aumentamos em parte, temos que aumentar mais e provavelmente mudar de sítio porque a nossa capacidade é limitada. Mas a questão das matilhas é uma questão particular, que não é a mesma coisa que um cão abandonado. Ou seja, um cão abandonado é possível chegar lá, tirá-lo e levá-lo. No caso das matilhas há todo um processo que é um processo longo, é verdade que se tornam agressivos, podem-se tornar agressivos com as pessoas, mas sobretudo tornam-se muito agressivos entre eles e é esse trabalho que tem que ser feito, que já começou a ser feito e tem que ser feito com maior intensidade.”

5.2.2 – A Senhora Vereadora Lina Gonzalez:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu quero dar só alguns esclarecimentos, não tenho muito mais a dizer do que o que a Senhora Presidente da Câmara Municipal disse. Realmente é uma preocupação muito grande que nós temos tido com as matilhas, como deve calcular não é só num sítio, é pelo concelho todo. Nós já instalamos a matilha na Praia da Cabana do Pescador quando estas competências foram passadas para a Câmara Municipal, nem todos os meios vieram acumulados a essa passagem, e, portanto, tem sido um trabalho que temos feito não só com o Serviço Veterinário Municipal como com o Dr. Nuno Paixão e todo o grupo que está envolvido, associações etc., mas isto é realmente um trabalho como referiu a Senhora Presidente da Câmara, têm sido muitos casos, nada tinha sido feito no passado acerca disto e, portanto, é uma organização que tem levado o seu tempo e que já começou realmente na Praia da Cabana do Pescador que já instalamos essas redes para apanhar essas matilhas, mas estamos completamente atentos e todos os casos estão identificados e este executivo tem o projeto do Centro de Bem Estar Animal, que vai dar resposta de uma certa forma não só a esses problemas como todas as preocupações que temos no nosso Concelho com os nossos animais. Portanto, não podemos dizer e não seríamos francos, que isso é um problema que fica já resolvido amanhã, porque não seria verdade, mas é uma preocupação, está tudo sinalizado e está tudo a trabalhar e um dia isso será uma realidade, tudo será rapidamente resolvido e todas respostas serão respondidas no imediato. Mas até lá é um trabalho que estamos a fazer e uma preocupação que temos muito grande e agradecemos o seu testemunho, de ter vindo aqui.”



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

5.2.3 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero responder à Senhora Múncipe Carina Andreia e depois se o Senhor Presidente da Mesa o permitir passarei a palavra à Senhora Vereadora Teodolinda Silveira. Dizer em primeiro lugar, toda a nossa solidariedade com a situação que descreveu aqui e que eu não tenho dúvidas, nenhum de nós tem dúvidas, da dificuldade que está a viver. Bem sei que o que espera da nossa parte não é apenas solidariedade, é ação. E, portanto, não temos qualquer ilusão a esse nível. Mas importa que tenha a consciência ou que saiba que nós temos a consciência, das dificuldades que está a viver e infelizmente não é apenas no seu caso.

Quero aqui deixar uma nota, que já lançamos uma nova grande empreitada para reabilitação de fogos, que é uma questão muito complicada, temos muitos fogos em muito mau estado e com situações infelizmente, similares à sua, dizer que não há nenhum tipo nem de esquecimento, nem de descuido do executivo a esse nível. Temos estado a lançar empreitadas sucessivas para reabilitação, agora lançamos uma no montante de 700.000.00€ (setecentos mil euros) para ser ainda mais abrangente e que espero tão breve quanto possível, que haja tanto no seu caso como em muitos outros casos, que possamos ir cada vez mais reabilitando e resolvendo o estado das casas. Depois há casos pontuais onde aí também temos intervindo, mas sobre isso e sobre a política mais geral de habitação a Senhora Vereadora Teodolinda Silveira tem acompanhado mais de perto.”

5.2.4 – A Senhora Vereadora Teodolinda Silveira:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu prestei atenção à intervenção da senhora múnice Carina Fernandes, notei que já lá foram a casa, o que significa que o problema dela está devidamente identificado e tem sido por mera incapacidade de resposta à quantidade de situações que temos, que com certeza ainda lá não chegou. Tivemos também é verdade, durante a pandemia problemas porque as empresas se recusavam a ir fazer obras durante a pandemia com as pessoas em casa. Nós tivemos inclusivamente que andar a procurar em casos em que, a situação ainda era mais grave, tirar as pessoas de casa para se poder fazer as obras, e tudo isto complica. Portanto, aquilo que temos neste momento e que esperamos, é que o processo seja muito mais rápido para todos estes casos que estão identificados, e aquilo que me pareceu pela descrição que fez, que já lá foi a arquiteta que já lá estiveram as pessoas da Câmara Municipal, está completamente identificado, eu sei que isto não resolve o problema da senhora múnice Carina Fernandes, mas aquilo que lhe posso garantir é que no mais curto espaço de tempo chegará. Como a Senhora Presidente da Câmara disse e bem, nós lançamos uma empreitada maior, aliás, lançamos duas, uma de 150.000.00€ (cento e cinquenta mil euros) e que será com essa que com certeza lá chegaremos e a outra maior de 700.000.00€ (setecentos mil euros) que também irá entrar em ação. Relativamente ao caso concreto, aquilo que me vou comprometer consigo, e perguntará que é fácil chegar ao meu Gabinete, é perceber se está longe, se está perto, qual será o tempo que ainda possa demorar, mas ver tudo o que possa ser feito, para realmente a situação, há umas mais graves, há outras menos graves, em obras normalmente começamos por aquelas que são mais graves, às vezes as situações familiares são mais graves num caso do que noutra e eu comprometo-me a ver exatamente o que é que se passa consigo e a dar-lhe uma resposta.”

5.2.5 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Muito brevemente para responder à cidadã Andreia Cristina Vasques, até porque fui citado logicamente merece uma resposta, antes de mais e porque tenho acompanhado o caso, agradecer todo o seu trabalho e empenho na resolução de uma situação que sabemos que é complicada. O PAN na última Sessão Ordinária realizada no passado mês de junho desta Assembleia Municipal, apresentou e fez aprovar uma moção exatamente sobre a questão dos parques de matilhas, estamos agora atentos ao desenvolvimento que essa moção poderá ter e temos algumas questões, posso já adiantar, para colocar ao executivo no âmbito da informação e da análise da atividade municipal que será debatida muito provavelmente no dia de amanhã. À parte da questão dos parques de matilhas que obviamente terão que resolver problemas como aquele que identificou, também temos a



questão dos animais abandonados, dos gatos, das colónias, sabemos que isso é uma luta que o PAN tem aqui travado, nomeadamente, pela execução do novo Centro de Bem Estar Animal, portanto o novo CROA, também pela existência de políticas de esterilização verdadeiramente eficazes que, embora nem todos estejam de acordo com o PAN, nós consideramos que não existem políticas de esterilização, não existe uma política de esterilização no Município de Almada e também obviamente campanhas de adoção e que no fundo toda a ligação entre estas várias vertentes permita resolver problemas com aquele que nos apresentou aqui e como os outros que não tendo apresentado também os conhecemos. Agradecer uma vez mais, da parte do PAN continuaremos este trabalho.”

6 – Foi declarado aberto o período de antes da ordem do dia;

6.1 – O Senhor Presidente informou a Assembleia que este período se dividiria em três partes: apresentação, discussão e votação dos votos de pesar, apresentação de duas intervenções políticas de Senhores Deputados Municipais inscritos e apresentação discussão e votação dos documentos que deram entrada atempadamente nos serviços.

6.2 – Foram apresentados os seguintes votos de pesar:

6.2.1 – A Senhora Deputada Municipal Maria Luís Albuquerque (PSD) apresentou o voto de pesar pelo falecimento de Mónica Fernanda Carvalho Ferreira;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Mónica Fernanda Carvalho Ferreira nascida em Almada a 10 de janeiro de 1960, era uma importante empresária na área da estética do concelho de Almada. Sócia-Gerente e proprietária do DaySPA Mónica com mais de 30 anos de existência em Almada, casada com Jorge Bandeira e com dois filhos, Jorge Bastos Ferreira e Nelson Bastos Ferreira era uma esposa e mãe dedicada e extremosa. Dona de um coração gigante, a sua generosidade, alegria, perseverança, combatividade e capacidade de mobilização e liderança, não deixava ninguém indiferente, e foi uma defensora incansável do comércio local e uma porta-voz incessante do movimento de comerciantes pela defesa da qualificação do espaço público e de valorização da nossa identidade. Foi diretora da Delegação de Almada da Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo de Setúbal, tendo as seguintes funções no tempo em que aí prestou o seu serviço altruisticamente, sem ganhar qualquer dinheiro e com muitos dias e noites perdidos em prol do interesse comum dos seus colegas associados.

-Triénio 2010-2012 – 1.ª Secretária da Comissão Diretiva da Delegação de Almada

-Triénio 2013-2015 – 2.ª Secretária da Comissão Diretiva da Delegação de Almada

-Triénio 2016-2018 – Vice-Presidente da Comissão Diretiva da Delegação de Almada

-Triénio 2020-2022 – Vice-Presidente da Comissão Diretiva da Delegação de Almada, cargo que desempenhava atualmente. Fica-nos para sempre a lembrança do seu empenho e voluntarismo nos seus Presépios de Natal, Magusto Medieval, Concurso de Montras e Almada Portas abertas, e para sempre guardaremos o seu sorriso e energia na defesa do Comércio da sua/nossa Terra. Perdeu-se, cedo demais, uma mulher de armas, um “furacão” como era apelidada, mas viverá para sempre no coração de todos os que passaram pela sua Vida.

A Assembleia Municipal de Almada, reunida no dia 30 de setembro de 2020, delibera:

- 1- Manifestar o seu profundo pesar pela morte pela morte da Mónica Fernanda Carvalho Ferreira, homenageando a sua memória de Almadense Exemplar, Dedicada e um Ser Humano Excecional.**
- 2- Expressar aos seus familiares e à Associação de Comércio, Indústria, Serviços e Turismo de Setúbal, muito especialmente à Delegação de Almada da qual era dirigente, a nossa profunda tristeza e condolências pela sua partida cedo demais, na certeza que estará sempre na nossa memória enquanto umas das nossas melhores cidadãs Almadenses.”**

6.2.2 – O Senhor Deputado Municipal André Macedo (PS) apresentou o voto de pesar por José Abrantes Raposo;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu no passado dia 24 de setembro José Abrantes Raposo. Nascido em Escusa, Marvão em 1934, residia em Cacilhas, concelho de Almada, desde 1946. Aos 14 anos de idade abraçou a profissão de encadernador, como discípulo do Mestre José Alaiz, profissão que exerceu com destaque durante a sua vida ativa. Dedicou-se também à escrita, nas vertentes da poesia, história e investigação local, tendo publicado diversas obras, entre as quais: *Letras do Meu Pesar* (1983), *Mais Letras do Meu Pesar* (1984), *Expressão do Meu Sentir* (1989), *Ditos dos Outros e Meus* (1997), *Jubileu Aurífero* (1996), *Os Távoras de Caparica* (1991), em coautoria, *O Lazareto e os Hóspedes Imperiais* (1999), entre outras. Participou nas coletâneas poéticas: *Abril Depois de Abril* (2001), *Sonhos de Paz na Rua dos Poetas* (2003), *Almad'Abri* (2004) e *Vidas na Corda Bamba* (2005). Homem dedicado à cultura e ao movimento associativo, foi dirigente e sócio fundador da SCALA, Sociedade Cultural de Almada, e também fundador de “O Farol”, tendo colaborado em diversos boletins destas associações, bem como com diversos órgãos de comunicação social local. Militante do Partido Socialista desde maio de 1975, foi um dos construtores do poder local democrático no concelho de Almada, tendo ocupado, entre outros cargos, o de Presidente da Assembleia de Freguesia de Cacilhas, o primeiro após a revolução de abril de 1974, tendo sido igualmente Deputado Municipal por dois mandatos. Recebeu em 1996 a medalha de prata de Mérito Cultural pela Câmara Municipal de Almada, como reconhecimento por uma vida dedicada ao concelho de Almada.

Pelo seu exemplo, a Assembleia Municipal de Almada delibera manifestar o seu respeito, reconhecimento e profundo pesar pelo falecimento de José Abrantes Raposo, endereçando à sua família e amigos os mais sentidos pêsames.”

6.2.3 – A Senhora Deputada Municipal Anabela Tavares (CDU) apresentou o voto de pesar pelo falecimento de Manuel Branquinho;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu no dia 18 de agosto Manuel Branquinho. Distinto dirigente associativo almadense, era Presidente da Direção do Portão Verde Futebol Clube, no Laranjeiro, e foi durante 15 anos Presidente da Direção do Clube Desportivo da Cova da Piedade. Em ambas as coletividades, a sua passagem pelos órgãos diretivos fica marcada pelo seu contributo para a construção da sede social do Portão Verde Futebol Clube e pela inauguração do Estádio Municipal José Martins Vieira que tem o Clube Desportivo da Cova da Piedade como instituição residente. Educado, em jovem, na fragata D. Fernando e Glória, onde vivia, como interno, a sua vida é um exemplo de dedicação cívica. Fez carreira militar ao serviço da Marinha Portuguesa, deixando nas páginas do livro “50 Anos das Escolas do Desportivo da Cova da Piedade” o testemunho de três comissões de serviço em África, episódios de prisioneiro de guerra e a experiência na Embaixada de Portugal em Madrid como adido militar. Respeitador e respeitado, homem retilíneo, deixa uma marca no panorama do associativismo almadense, que fica mais pobre, mas robustecido no património de exemplos de dedicação pessoal e despojada, deixa um legado às gerações mais novas pela importância que o Movimento Associativo tem na nossa sociedade.

Assim, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada, propõe que a Assembleia, reunida em sessão ordinária a 24 e 25 de setembro de 2020, delibere:

1. Manifestar pesar pelo falecimento do Cidadão e Associativa Manuel Branquinho.
2. Apresentar à sua Família, Amigos, ao Portão Verde Futebol Clube e ao Clube Desportivo da Cova da Piedade as mais sentidas condolências.”

6.2.4 – O Senhor Deputado Municipal João Marcos (CDU) apresentou o voto de pesar pelo falecimento de Manuel Gil.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Faleceu no passado dia 16 de setembro, aos 95 anos de idade, Manuel António Gil Lopes, o Manuel Gil como era por todos conhecido e tratado, ou ainda simplesmente “o Gil”. Figura popular de grande relevo do Concelho de Almada, mas também de toda a margem esquerda do rio Tejo, membro do Partido Comunista Português, a sua vida cruza-se com diversas gerações de Almadenses, que com ele partilharam inúmeros momentos de



convívio, durante os quais a cultura, o debate de ideias, ou a confraternização em torno dos livros onde “bebia” o seu vasto conhecimento, foram uma constante, sempre frontal e sempre irreverente. Citando o historiador almadense Alexandre Flores, Manuel Gil era uma figura irreverente que preferis dizer que só tem a 4ª classe, mas que não tem medo dos doutores... e era detentor de um poder da palavra invulgar, com sentimento e, ao mesmo tempo, com pragmatismo, onde se alia à linguagem gestual, a sua singularidade que está na voz do Povo, com o qual se identificava e a que se orgulhava pertencer. Assim, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal propõe que a Assembleia, reunida em 24 de setembro de 2020, delibere:

1. Expressar o mais profundo lamento pelo falecimento do Almadense Manuel António Gil Lopes.
2. Dirigir à sua família, em particular aos seus dois filhos, a todos os seus muitos e muitos amigos e ao Partido Comunista Português, que com ele conviveram e partilharam saber, cultura e alegria ao longo de várias décadas, os mais sentidos votos de pesar e solidariedade, num momento tão difícil em que este Homem Bom deixa o nosso convívio quotidiano, afirmando que permanecerá bem vivo na nossa memória o seu exemplo de vida.”

6.2.5 – Não havendo inscrições, e verificado o quórum, o Senhor Presidente colocou à votação os votos de pesar, tendo todos eles sido aprovados por unanimidade.

6.2.6 – Seguiu-se um minuto de silêncio proposto pelo Senhor Presidente da Assembleia.

6.3 – Foram apresentadas as seguintes declarações políticas:

6.3.1 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales apresentou uma declaração política;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Jornal “Público” incluiu hoje uma notícia motivada pelas declarações proferidas pela Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada, a propósito das instalações da empresa ETC no Porto Brandão. Face à evidente sensibilidade de que a matéria encerra, incompatível com a criação de alarme social junto das populações, a CDU solicita à Senhora Presidente da Câmara Municipal, que esclareça cabalmente esta Assembleia Municipal sobre o seguinte:

1 – Dispõe a Senhora Presidente da Câmara Municipal de Almada de informações fundamentadas e credíveis do ponto de vista técnico e científico, que justifiquem as afirmações que produziu na última reunião da Câmara Municipal, sobre a matéria de segurança na área do Porto Brandão, agora refletidas na comunicação social?

2 – Não considera a Senhora Presidente que as afirmações produzidas na Câmara Municipal e posteriormente em órgãos de comunicação social, são contraditórias pelas informações veiculadas pelas entidades oficiais e pela própria empresa, hoje tornadas públicas naquele artigo?

3 – Dispondo a Senhora Presidente da Câmara Municipal de informações fundamentadas, que contradigam aquelas que são veiculadas pelos organismos oficiais, que diligências desenvolveu já no sentido de o problema ser avaliado e resolvido por intervenção das instâncias centrais do Estado Português, que detém a competência para o efeito?

6.3.2 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco apresentou uma declaração política;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Esta declaração política tem a ver basicamente com o período que estamos a atravessar. O CDS-PP não vem aqui apontar críticas, não vem aqui fazer considerações nem apontar culpados, vem apenas deixar um alerta e lembrar e alertar para este flagelo que está a acontecer no país um pouco por todos os lares do nosso país. A mortalidade com que está a castigar os nossos idosos não é justa. Não é justo, pois são seres humanos com dignidade que merecem respeito e pior ainda, são desconsiderados exatamente nos locais onde tinham o direito de serem protegidos e nos locais onde devem ser bem tratados. Com isto não se quer afirmar que são desconsiderados em todos os lados, de todo. Felizmente há lares condignos, onde as pessoas são tratadas com consideração, com dedicação e sobretudo com o respeito que merecem. Alertamos sim, neste caso, para os



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

lares onde os idosos são desconsiderados na sua higiene, na sua alimentação, na sua saúde, nos afetos e na sua própria dignidade. Já de si as circunstâncias ditas normais, os problemas em muitos lares já são agudizados com uma pandemia, a tragédia nestas condições era inevitável. Lamentavelmente, agora tenta-se coser uma manta de retalhos há muito com muitos problemas, mas que agora atinge o ponto máximo onde as debilidades físicas e mentais de muitos dos nossos idosos vêm ao de cima. Aqueles que são os responsáveis por no presente termos estas inadequadas situações, vem só dar e dizer que é necessária mais dignidade, para que os nossos idosos possam viver mais anos. É preciso mais fiscalização, é preciso mais condições, nas infraestruturas são precisos ainda mais técnicos, mais enfermeiros e mais médicos nos lares, como também é necessária mais assistência e reforçar e estender o lar domiciliário. Sabemos das criadas brigadas de intervenção para os lares, onde se juntam desde médicos a voluntários para ajudar. Saudamos a iniciativa, mas é preciso mais, muito mais, é preciso mais empenho, em dar mais dignidade a quem ainda restam alguns anos de vida e não se podem esgotar nesta pandemia nem em mediatismos de circunstância. Para lá da pandemia será preciso continuar a lutar pela dignidade dos nossos idosos, também em Almada apelamos a que não se baixe os braços, e que se inicie um debate alargado com todos os intervenientes com responsabilidades na matéria, para dar um futuro melhor aos nossos idosos.”

6.3.3 – No debate usou da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pedi a palavra para responder à interpelação feita pelo Senhor Deputado Municipal João Galdes e passo a ler algo que penso que o Senhor Deputado Municipal João Galdes já conhece, mas terei todo o gosto em ler. A ETC Terminais Marítimos é uma Unidade Industrial de nível superior de perigosidade, abrangida pelo Decreto-Lei 150º, de 5 agosto de 2015, que estabelece o regime de prevenção de acidentes graves, que envolvem substâncias perigosas e de limitação das suas consequências para a saúde humana e para o ambiente. Por se encontrar nesta categoria em função deste Decreto-Lei, a ETC tem três planos especiais de emergência, que é aliás o Decreto-Lei de 2015, resulta da transposição para o direito nacional da diretiva de 2012/18/EU – União Europeia, também conhecida por SEVESO III, do Parlamento Europeu. E do Conselho de 4 de julho de 2012, relativo ao controlo dos perigos associados a acidentes graves, que envolvem substâncias perigosas. Felizmente, de facto, nós temos a decorrer planos de emergência externo BEE da competência da Câmara Municipal. Estes planos, são planos no qual se estabelecem, testam e colocam em prática as medidas, normas, procedimentos e emissões destinadas a serem aplicadas numa situação de acidente grave ou catástrofe, causada por substâncias perigosas. Eu não vou continuar a ler tudo aquilo que faz parte do funcionamento da Câmara Municipal e o respeito pela legislação que eu penso que os Senhores/as Deputados/as Municipais da CDU, conhecem bem. Portanto, a perigosidade é reconhecida, está estabelecida e as medidas em caso de acidente, também estão previstas nestes planos de emergência especiais. Portanto, não há nada de novo naquilo que afirmo. Dito isto, importa também ver a outra perspetiva. A questão que se coloca aqui, é saber se ao nível do desenvolvimento económico, turístico, ao nível da reabilitação daquela frente ribeirinha e até ao nível ambiental, se me permitem, ao nível da Arriba Fóssil, faz sentido que aquela instalação ali esteja que como sabe é uma concessão do Porto de Lisboa. Por diversas vezes, nós já colocamos esta questão, nomeadamente, quando foi debatida a colocação da Torre Velha no Programa REVIVE. Tivemos inclusive, uma reunião conjunta seja com a Direção Geral do Património Cultural, seja com a Secretaria de Estado do Turismo, isto já antes mesmo da Torre Velha ser colocada no REVIVE, seja com a Secretaria de Estado do Ordenamento do Território se não me engano e aqui precisava de rever as minhas notas, e seja com o Porto de Lisboa, no sentido de se estudar a muito curto prazo, a retirada da ETC daquele espaço. Até em função daquilo que é a sua atividade, estando aliás, e eu quero deixar aqui claro como disse no outro dia, a Câmara Municipal disponível, para acolher qualquer trabalhador que por razão da saída da ETC ali, se encontrasse numa situação de desemprego. E, portanto, não tenham dúvidas do profissionalismo de todos aqueles que, se não me engano, são nove, que ali trabalham, mas também temos que ter a consciência e eu volto a dizer, que seja ao nível ambiental, seja para toda a reabilitação e desenvolvimento daquela zona, seja como proteção do nosso monumento nacional, e que importa lembrar, é por cima mesmo com todos os planos de segurança e que são cumpridos, eu nunca disse que não eram cumpridos, a ETC está a um ou dois metros do nosso monumento nacional. E eu peço desculpa, continuo a dizer como desde o primeiro



dia, que a reabilitação, cue a recuperação económica e a requalificação da nossa frente ribeirinha, assim como já foram retirados os depósitos da Galp, como sabe, há cerca de dois anos, temos todos que encarar a possibilidade da ETC poder sair dali e que a nossa frente ribeirinha ganhe de alguma maneira, a dignidade que merece em função da beleza que apresenta e da potencialidade que tem. Até porque as pessoas do Monte, da Trafaria, merecem e neste caso do Porto Brandão em particular, merecem este desenvolvimento e esta reabilitação. Relativamente ao Senhor Deputado Municipal António Maco, apenas dizer que é evidente que todos nós estamos muito preocupados com os efeitos desta pandemia, sabemos bem, quais são os mais vulneráveis, a Câmara Municipal tem feito desde início, tem colaborado em tudo o que são testagens sistemáticas. Vá ser lançado uma nova campanha de testes aqui pela mostragem até para poder ter uma continuidade naquele que é o acompanhamento junto os lares, sempre em articulação obviamente com as entidades de saúde e aqui em particular com a Segurança Social. Portanto, todo esse processo estamos a retomar. Nós sabemos que, e os últimos tempos o têm provado, que em Almada testaram-se todos os lares legais e ilegais, e isso é muito importante podermos identificar todos os lares ilegais e por isso mesmo também sabemos que não é porque se testou, que quer dizer que não possa acontecer. E isso é uma consciência que as pessoas têm que ter, seja no caso nos lares, seja noutras questões. A verdadeira proteção está nas medidas que já foram múltiplas vezes indicadas, está no uso da máscara, na lavagem e desinfeção das mãos e mesmo e sobretudo diria eu, em ambiente familiar, onde achamos que há uma imunidade, o afeto e o amor que nos une nos protege, cuidado não protege do vírus. E, portanto, deixando aqui o apelo, sabemos que há situações muito duras muito difíceis, com pessoas que nos são queridas nos lares, mas todo o cuidado é pouco sobretudo não apenas para aqueles que trabalham nos lares e quero deixar aqui também uma palavra para esses profissionais, mas também, todas as famílias que muitas vezes nem conseguem ir ver os seus familiares porque de facto, estamos a viver um momento difícil e há que nunca esquecer os mais vulneráveis.”

6.4 – Para apresentação de documentos sobre assuntos do concelho usaram da palavra os/as seguintes Senhores/as Deputados/as Municipais:

6.4.1 – O Senhor Deputado Municipal Paulo Sabino (PSD) usou da palavra para apresentar a moção “saudação a Miguel Oliveira”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

São já vários momentos de orgulho que o percurso desportivo de Miguel Oliveira tem proporcionado a todos os portugueses, em particular aos almadenses, que tanto vibram com as performances deste nosso conterrâneo.

No passado dia 23 de agosto, o piloto almadense fez mais uma prova em crescendo, como já é seu hábito, ultrapassando vários adversários e culminando com uma dupla ultrapassagem na última curva, espalhando a euforia entre os adeptos portugueses (e não só) que já vibravam apenas com a possibilidade de o ver subir ao pódio. A uma exibição inequívoca da sua capacidade técnica, Miguel Oliveira juntou ainda toda a sua convicção, inteligência e estratégia, reforçando ainda mais a valia deste momento histórico em que se tornou o primeiro piloto português a vencer uma prova de MotoGP, a categoria máxima do motociclismo. Mas a verdade é que não é só na pista que este jovem, nascido no Pragal há 25 anos, tem brilhado. Para além de nunca ter abandonado os estudos (frequenta o mestrado integrado de medicina dentária), criou ainda um projeto pedagógico muito interessante onde apoia o acesso à modalidade de vários jovens talentos que, sob a sua Mentoria, esperam um dia poderem ser o seu sucessor. O cuidado especial que Miguel Oliveira dedica ao seu papel cívico, é ainda notório no apoio que presta a várias instituições de Solidariedade Social, e reforça ainda mais o orgulho que representa para Almada e para Portugal.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em 30 de setembro de 2020, delibera:

1. Felicitar o piloto almadense Miguel Oliveira pelos resultados obtidos até agora, na sua carreira, com especial destaque para o facto de ser o primeiro português a alcançar uma vitória na prova máxima do motociclismo internacional no grande prémio de Estíria na Áustria;
2. Saudar ainda o seu envolvimento em causas sociais e pedagógicas, mostrando que assume o seu papel de exemplo para os mais novos e não só;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

3. Desejar as maiores felicidades para o futuro da sua carreira, permitindo que todos mantenhamos a esperança de o ver um dia trazer um título inédito para Portugal, no qual acreditaremos até à última curva.”

6.4.2 – A Senhora Deputada Municipal Fátima Marras (BE) usou da palavra para apresentar o documento “saudação a escola pública”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Escola Pública foi uma das primeiras instituições da Democracia a ter de responder rapidamente à pandemia da covid-19, criando um ensino não-presencial de emergência a partir dos recursos pessoais dos professores e dos alunos, e servindo de apoio à comunidade através do acolhimento dos filhos dos trabalhadores dos serviços essenciais e das refeições que continuou a fornecer aos beneficiários da ação social escolar. Reveladas as limitações e os riscos sociais, pedagógicos e psicológicos do ensino a distância, a Escola Pública teve de se preparar, mesmo com recursos limitados, para receber milhares de crianças e jovens em condições de segurança neste ano letivo que agora se inicia. O regresso ao ensino presencial é hoje um consenso na sociedade portuguesa, tão grande ou maior do que aquele que levou ao seu encerramento. Mesmo sabendo que há riscos no regresso, que há dúvidas, pior seria a certeza de uma geração sem educação. As escolas, as direções, os profissionais de educação estão a fazer tudo o que está ao seu alcance para garantir que o início do ano letivo acontece nas melhores condições possíveis. No entanto, são evidentes as dificuldades: a instabilidade criada por um corpo docente envelhecido com milhares de professores pertencentes a grupos de risco; a falta de funcionários provocada por uma portaria de rácios desadequada e cujo reforço devido à pandemia ainda não chegou às escolas; o desafio de adaptar os espaços físicos às necessidades de distanciamento. É inegável que a tarefa dos Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas seria facilitada se Escola Pública estivesse apetrechada com docentes mais jovens, com reforço da contratação de professores e um plano do Governo que permitissem a redução do número de alunos por turma e a adaptação das escolas ao contexto da pandemia. A pandemia mostrou que o investimento na Escola Pública, além de um desígnio, deve ser uma prioridade nacional.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 30 de setembro de 2020, delibera:

Saudar a mobilização e o empenho da Escola Pública na resposta aos desafios lançados pela pandemia da covid-19, demonstrando uma vez mais o seu papel essencial no cumprimento dos ideais democráticos da igualdade e da justiça social;

1. Saudar os professores e as professoras, os profissionais não-docentes, as alunas e os alunos e as suas famílias pelo esforço coletivo para garantir a missão pedagógica e comunitária da Escola Pública.
2. Declarar o compromisso desta autarquia na defesa da Escola Pública e no apoio a todos os Agrupamentos de Escolas e Escolas não agrupadas para enfrentar os desafios da pandemia de COVID-19.”

6.4.3 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE) usou da palavra para apresentar a moção “contra o processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR e pela instituição efetiva das Regiões Administrativas”

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Na sequência do Decreto-Lei n.º 27/2020, de 17 de julho e da Lei n.º 37/2020 de 17 de agosto, vai ocorrer em 13 de outubro próximo a eleição dos presidentes das Comissões de Coordenação e Desenvolvimento Regional (CCDR). Como é sabido, aqueles normativos consagram um colégio eleitoral composto pelos presidentes e vereadores das câmaras municipais e pelos presidentes e membros das assembleias municipais da respetiva área territorial. As CCDR são serviços periféricos da administração direta do Estado, sob a direção do Ministério da Coesão Territorial em coordenação com outros ministérios. Têm importantes atribuições: para além de apoio técnico às autarquias locais, é missão das CCDR,s executar políticas de ambiente, ordenamento territorial e cidades e de desenvolvimento regional (abrangendo os programas operacionais regionais e outros fundos comunitários), assim como promover a atuação coordenada dos serviços desconcentrados de âmbito regional.



A eleição dos presidentes das CCDR em outubro próximo será feita por eleitos autárquicos. Porém, para além de nenhum autarca ter sido eleito com tal competência, tal eleição do presidente da CCDR para os próximos 5 anos quando estamos a um ano de novas eleições autárquicas, enfraquece a legitimidade do processo e está a transformar-se numa espécie de oligopólio eleitoral, com PS e PSD a distribuírem entre si cargos de presidente nas várias CCDR, num processo que de democrático tem muito pouco. Fica, isso sim, evidente a intenção de manter o bloqueio à Regionalização consagrada na Constituição desde 1976. A eleição em 13 de outubro próximo é também desconforme à descentralização democrática prevista na Constituição através da atribuição de competências e meios a órgãos regionais com legitimidade democrática própria, sujeitos ao escrutínio universal, democrático e transparente.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 30 de setembro de 2020, delibera:

1. ManIFESTAR discordância pelo processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR, como previsto no DL nº 27/2020 e na Lei nº 37/2020 de 17 de agosto;

2. Insistir junto dos órgãos da República para que se avance, o mais rapidamente possível, no processo de instituição efetiva das Regiões Administrativas prevista na Constituição desde 1976."

6.4.4 – O Senhor Deputado Municipal Celestino Pereira (BE) usou da palavra para apresentar a moção “pela disponibilização de testes gratuitos a professores, assistentes operacionais e alunos”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Pela disponibilização de testes gratuitos a professores, assistentes operacionais e alunos, considerando que:

- a) O contexto de pandemia obrigou ao encerramento de todos os estabelecimentos escolares no dia 16 de março de 2020, com grave prejuízo para toda a comunidade escolar, em particular para as aprendizagens dos alunos;
- b) Uma boa parte dos docentes em exercício de funções nas escolas do concelho de Almada pertence a grupos de risco, principalmente devido à faixa etária média da classe docente;
- c) A ausência de sintomas em grande parte da população jovem faz com que as potenciais infeções por COVID-19 passem despercebidas e se tornem potenciais fatores de contágio, visto que o critério de testagem definida está associado ao aparecimento de sintomas;
- d) A transmissão do SARS-CoV-2 na população pediátrica permanece "um enigma" alvo de estudo e de poucas conclusões definitivas;
- e) Segundo um estudo a nível mundial, realizado pela Organização Internacional do Trabalho, a COVID-19 deixou um em cada oito jovens (13%) sem qualquer acesso a aulas, ensino ou formação, números que também se encontram próximos da realidade portuguesa.
- f) A Escola constitui-se como a espinha dorsal da nossa sociedade enquanto ferramenta fundamental para debelar desigualdades sociais, pelo que a não frequência de aulas tende a penalizar os mais vulneráveis.
- g) O regresso às escolas no ano letivo de 2020/21 assume particular importância a todos os níveis, e a reabertura das escolas é tida como essencial para o retorno de muitas famílias ao trabalho e como um fator de recuperação de aprendizagem fundamental para as crianças e jovens;
- h) A reabertura das escolas faz aumentar os contactos sociais e físicos devido à mobilidade subjacente de retorno ao trabalho por parte de muitas famílias, transporte para a escola e retomar de muitas relações sociais interrompidas, fator que potencia a disseminação do vírus na comunidade;
- i) A identificação precoce de casos positivos pré-sintomáticos é uma medida de prevenção que permite agir sobre eventuais cadeias de transmissão antes que elas se transformem em surtos, dentro e fora das escolas;
- j) A testagem regular pode ser particularmente importante no período do Inverno onde as constipações ou gripes podem ser confundidas com a COVID-19. Separar outras doenças da COVID-19 trará menos sobrecarga



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

ao Serviço Nacional de Saúde e menos sobrecarga aos agregados familiares que assim não necessitam de períodos de quarentena com consequências económicas e financeiras associadas.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada reunida a 30 de setembro de 2020 delibera:

1- Instar o Governo a organizar os meios e os recursos para a realização de testes gratuitos a todos os professores/as, alunos/as e assistentes operacionais das escolas públicas, no âmbito do início do ano letivo, em articulação com as autarquias e saúde pública, remetendo para posterior testagem mais sensível, e também gratuita, os casos positivos resultantes do primeiro teste;

2- Instar o Governo a assegurar que os agrupamentos escolares e equipas de saúde locais, em articulação com as autarquias e saúde pública, têm capacidade para disponibilizar gratuitamente a realização de teste rápido a professores, alunos e assistentes operacionais, a qualquer momento do ano letivo, e dissemine conteúdo formativo com conhecimento e boas práticas sobre a COVID-19 e o processo de testagem e isolamento;

3- Instar o Governo à realização do teste periódico por amostragem para monitorizar o estado epidemiológico das escolas.”

6.4.5 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) usou da palavra para apresentar a moção “memorial aos ex-combatentes de Almada”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Considerando que se irá comemorar já no mês de novembro, o centésimo segundo dia evocativo do Armistício, o fim da Grande Guerra, Almada não pode deixar passar em claro uma sentida homenagem não só a esse dia histórico e de grande importância para todo o mundo, mas reconhecer e homenagear em simultâneo todos aqueles homens que pereceram e combateram, entre os demais o Corpo Expedicionário Português. Quatro anos de um conflito que dizimou milhares de vidas humanas, a maior parte delas os combatentes da frente de guerra, Portugal viu tombar muitos dos seus homens na célebre, mas desastrosa Batalha de La Lys, no dia 9 de abril de 1918 em terras de Flandres, na Bélgica. Passados 102 anos do fim da Grande Guerra, além de toda uma sentida reflexão que o mundo deverá fazer nos dias de hoje, a fim de restabelecer a paz onde existem conflitos armados e de evitar outros em grande escala, não deixa de ser importante o reconhecimento público de todos aqueles portugueses que tiveram intervenção na Grande Guerra desde os combatentes de frente de guerra aos seus familiares e descendentes. Este sentido e honroso reconhecimento estende-se também a todos os combatentes almadenses e às suas famílias a quem a Assembleia Municipal de Almada presta uma verdadeira homenagem que deverá perdurar no tempo e na memória de todos os almadenses. É tempo de reconhecer e de celebrar a Paz. Deste modo e tal como tem vindo a ser concretizado noutros concelhos do distrito e no país, também Almada deverá homenagear os antigos combatentes através de uma cerimónia pública para o efeito, erguendo em simultâneo um memorial em local a definir no concelho, que preste as verdadeiras homenagens aos militares combatentes e às suas famílias, reconhecendo a importância do fim da Grande Guerra para o mundo. Este mesmo reconhecimento, deverá estender-se a todos os militares que no passado e no presente, representaram e representam o país nas mais diversas missões internas e externas, dignificando o papel fundamental que as Forças Armadas tiveram e continuam a ter para Portugal no garante da segurança nacional e sobretudo, para garantir um clima de paz.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida nos dias 30 de setembro e 1 de outubro de 2020 na localidade do Feijó, delibera homenagear de forma sentida os antigos combatentes que combateram na Grande Guerra assim como as suas famílias almadenses, saudando ao mesmo tempo a importância que a data dos 102 anos do Armistício tem para a manutenção da Paz em todo o mundo.

Delibera ainda, que essa mesma homenagem possa ser concretizada publicamente erguendo em local devidamente a considerar no concelho, um memorial que reflita a homenagem do povo de Almada a todos os combatentes almadenses.”

6.4.6 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS) usou da palavra para apresentar a saudação “Almada – Território de Muitos – é premiada”;



JK

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Festival Internacional de Publicidade de Lisboa, existente desde 2016, premiou a empresa Almadense *Dead in Beirute* na edição deste ano. A “Dead in Beirute” - empresa de marketing e comunicação foi a empresa selecionada pelo executivo da Câmara Municipal de Almada, através de concurso público, para comunicar da melhor forma aquela que já é a identidade do concelho de Almada e que por vezes nos esquecemos: Almada é, e sempre foi, um território de muitos. E é isso que esta campanha comunica e que este prémio em tão boa hora admite e realça. Ser um território de muitos é obrigar a uma ação ainda mais difícil e exigente. Ser um território de muitos, implica mais diálogo, níveis de governance e de concertação mais densos e transparentes, e sobretudo de equilíbrios para não deixar ninguém destes “muitos” de fora. É isso que esta campanha nos devolve. Recorrendo a pessoas reais que vivem “esta” terra, e não apenas “nesta” terra. Esta campanha fala de todos nós e quer-nos a todos envolvidos neste projeto que é de muitos e é de todos. É por isso uma campanha de verdade, em que é imediata a autoidentificação e que vai direta à raiz das causas e das soluções. Seja qual for o processo de governação, deverá sempre passar por servir em primeiro lugar as pessoas que cá vivem. Somos muitos e somos muita diversidade: diversidade na idade, na cultura, na estrutura social, nas expectativas, no género. É perante isto que quem governa deve olhar e deve responder. Não é difícil compreender que uma campanha destas seja premiada, porque a comunicação quando é verdadeira, toca-nos de outra maneira. E esta é uma campanha verdadeira que parte de um dado histórico muito antigo e que é sem dúvida um marco identitário de séculos que ainda hoje habita dentro de cada almadense mesmo que de forma inconsciente. Somos “naturalmente” tolerantes com os outros e de braços abertos e isso, como se sabe, não é algo natural, aprende-se geracionalmente. Uma “povoação de muitos” como “Vimadel”, foi o princípio de uma terra que hoje ainda é, acima de tudo, uma terra de portas abertas e foi isto que este executivo nos quis transmitir.

Reunidos em sessão ordinária da Assembleia Municipal de Almada, a 30 de setembro, os eleitos do partido socialista saúdam a “Dead in Beirute” pelo prémio que receberam e que indiretamente todos nós, em Almada, recebemos. “

6.4.7 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU) usou da palavra para apresentar a moção/deliberação “saudação à Associação de Coletividades do Concelho de Almada”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os Órgãos Sociais da Associação das Coletividades do Concelho de Almada (ACCA) tomaram posse no passado dia 17 de setembro, após a realização, em agosto, das eleições para o mandato de 2020/2023. Reunindo no seu seio dezenas de coletividades e associações da cultura, do desporto e do recreio que integram o Movimento Associativo Popular de Almada, a ACCA representa um importante espaço de encontro e debate de ideias, propostas e projetos que em comum visam melhorar e alterar os constrangimentos impostos pelo município de Almada que afetam aqueles que, de forma altruísta e totalmente voluntária, participam ativamente num gigantesco trabalho, em alguns casos já com mais de um século de história e de luta, de promoção do bem-estar físico, cultural e social de milhares de Almadenses. O Associativismo Almadense, que se traduz na existência e atividade concreta de muitas dezenas de instituições e organizações de raiz eminentemente popular, é um traço identitário inquestionável do Concelho de Almada, assumindo-se como parceiro insubstituível na construção de uma sociedade mais justa e mais fraterna, e onde a qualidade de vida dos seus cidadãos seja uma realidade concreta e quotidiana.

Assim, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada, propõe que a Assembleia, reunida em 24 de setembro de 2020, delibere:

1. Expressar votos de bom trabalho e de êxito na ação e missão aos membros dos diferentes Órgãos Sociais da Associação das Coletividades do Concelho de Almada eleitos para o mandato do triénio de 2020 a 2023.
2. Reiterar a importância do trabalho desenvolvido pelas instituições do Movimento Associativo Almadense, traço identitário do Concelho de Almada, sublinhando e saudando especialmente o extraordinário contributo, altruísta e voluntário, na construção de uma sociedade mais justa, mais equilibrada e mais fraterna, dos milhares de homens e mulheres que entregam uma grande parte da sua dedicação e do seu



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

trabalho quotidianos, à conceção, promoção e realização das muitas centenas de iniciativas e atividades que, em benefício das populações do Concelho de Almada, as coletividades, associação e clubes almadenses concretizam.”

6.4.8 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN) usou da palavra para apresentar a recomendação “pelo fim das beatas no chão das nossas ruas”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Segundo as organizações *Beata no Chão Gera Poluição* e *Portugal sem Beatas*, são atiradas para o chão em Portugal, estimadamente, 7 mil beatas por minuto, um número que nos deve chocar a todos. As beatas são dos resíduos mais abundantes nas zonas costeiras e também, devido à sua composição, dos mais tóxicos e perigosos para o ambiente. Uma beata de cigarro contém várias substâncias nocivas aos organismos vivos (alcatrão, nicotina, arsénio, cianeto de hidrogénio, acetona ou benzeno) e pode demorar mais de 10 anos a decompor-se devido ao plástico existente no filtro do cigarro. Os filtros de cigarro são uma grande ameaça para os ecossistemas e um grave problema nas ruas das nossas cidades, sendo um dos resíduos sólidos que se encontra em maior número nos passeios e parques, resultado do comportamento de pessoas que não depositam corretamente este resíduo. O hábito de apagar um cigarro no chão está enraizado nos nossos costumes como uma prática inofensiva e usual, sendo por isso necessário que exista uma sensibilização para a necessidade de descartar este resíduo corretamente, assim como disponibilizar coletores específicos para os filtros dos cigarros, incentivando desta forma o comportamento cívico e ambientalmente responsável por parte dos fumadores.

A Lei n.º 88/2019, de 03 de setembro, cujo período de adaptação já terminou, aprovou medidas para “a adequada deposição, recolha e tratamento dos resíduos de produtos de tabaco e medidas de sensibilização e de informação da população com vista à redução do impacto destes resíduos no meio ambiente”. A aprovação desta lei determina a proibição do descarte em espaço público de pontas de cigarros, charutos ou outros cigarros contendo produtos de tabaco e prevê coimas que vão de 25€ a 250€ para quem atirar beatas para o chão. Prevê ainda que os estabelecimentos comerciais, plataformas de embarque, paragens de transporte público e edifícios não habitacionais devam proceder à colocação de cinzeiros e limpeza dos resíduos nas imediações dos mesmos. A fiscalização do cumprimento das normas estabelecidas na referida lei compete à Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE), às Câmaras Municipais, à Guarda Nacional Republicana, à Polícia de Segurança Pública, à Polícia Marítima e restantes autoridades policiais.

Face ao exposto, vem a Representação Municipal do Partido Pessoas-Animais-Natureza propor que a Assembleia Municipal de Almada, reunida em Sessão Ordinária nos dias 30 de setembro e 1 de outubro de 2020, delibere recomendar à Câmara Municipal de Almada:

1. A realização de uma campanha de sensibilização concertada em todo o território do Concelho de Almada, que alerte para o perigo ambiental e de saúde pública de deitar filtros de cigarro para o chão;
2. Equipar todo o município com coletores específicos para os filtros de cigarro;
3. Reforçar a instalação de caixotes de lixo equipados com cinzeiro, nomeadamente nas paragens de autocarro, à entrada das estações de comboio/barco/metro de superfície e serviços municipais; e
4. A distribuição de coletores/cinzeiros de bolso/portáteis para que a população fumadora possa apagar os seus cigarros em qualquer lugar ou momento sem que isso implique poluir o património comum.”

6.4.9 – O Senhor Deputado Municipal João Geraldês (CDU) usou da palavra para apresentar a moção/deliberação “saudação à Professora Elvira Fortunato”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

A Cientista, Professora, Investigadora e Diretora do CENIMAT – Centro de Investigação de Materiais da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Elvira Fortunato, foi recentemente premiada pela Comissão Europeia pela conceção do primeiro ecrã transparente, desenvolvido no âmbito do Projeto “Invisible” (Invisível), tendo recebido o Prémio Impacto Horizonte 2020 no passado dia 23 de setembro, em Bruxelas. A investigação que



deu origem à atribuição do prémio consiste no desenvolvimento de uma tecnologia de reprodução de imagens eletrónicas, utilizando para o efeito o óxido de zinco, um material semicondutor de baixo custo, que não se degrada, é mais sustentável do ponto de vista dos impactos ambientais, e produz resultados de qualidade superior no que respeita à imagem reproduzida, sendo aplicada a telemóveis, televisores, computadores e "tablets". A atividade de investigação da Professora Elvira Fortunato, bem como da sua equipa do CENIMAT, do Departamento de Ciências dos Materiais e da Faculdade de Ciências e Tecnologia em geral, cujos primeiros edifícios do seu campus na Freguesia da Caparica, foram inaugurados em 1980, é desde há longo tempo acompanhada de muito perto pelo Município de Almada, num processo de cooperação que representou sempre a obtenção de vantagens mútuas às duas instituições. A participação do Município de Almada no esforço para dotar o Centro de Investigação de Materiais das condições laboratoriais adequadas para o desenvolvimento do exigente trabalho de investigação que aí é realizado, hoje colocado numa posição equiparável ao que de melhor existe em todo o mundo, assumiu uma expressão particular com a assinatura, a 1 de Junho de 2017, de um protocolo para a promoção da literacia científica, traduzido na expansão da infraestrutura laboratorial do Centro de Investigação de Materiais e do Centro de Excelência em Microeletrónica, Optoelectrónica e Processos, tendo a comparticipação municipal para este esforço, aprovada por unanimidade a 15 de Fevereiro de 2017, atingido o valor de 120.000,00 €. A Professora Elvira Fortunato, bem como outros investigadores da Faculdade de Ciências e Tecnologia, viram, em diferentes momentos, o seu trabalho de mérito formalmente reconhecido pelo Município de Almada, com a atribuição de distinções municipais, como a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção a Elvira Fortunato em 2007, a Medalha de Ouro de Mérito e Dedicção a Rodrigo Martins em 2016, e a Medalha de Ouro da Cidade a Fernando Santana, Diretor da Faculdade de Ciências e Tecnologia, também em 2016. Em 2012, Elvira Fortunato, em parceria com Rodrigo Martins com quem trabalha desde há largos anos, venceu a 1ª edição do Prémio de Investigação Cidade de Almada.

Assim, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada propõe que a Assembleia, reunida em Sessão Ordinária em 30 de setembro e 1 de outubro, delibere:

1. Saudar vivamente a Professora Elvira Fortunato, pela obtenção do Prémio Impacto Horizonte 2020, pela conceção e desenvolvimento do primeiro ecrã transparente, no âmbito do Projeto "Invisible" (Invisível), alargando esta saudação à sua equipa do Centro de Investigação de Materiais e do Departamento de Ciências dos Materiais da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa.
2. Expressar o voto de que o imenso trabalho de investigação já realizado pela Professora Elvira Fortunato e pela sua equipa, no domínio da investigação dos materiais, em particular das tecnologias aplicada aos diferentes meios de comunicação eletrónicos, prossiga o frutuoso caminho que vem trilhando há largos anos, acrescentando novos êxitos na investigação científica, àqueles que, indubitavelmente, já hoje se encontram entre os mais importantes avanços do conhecimento neste domínio."

6.4.10 – A Senhora Deputada Municipal Débora Rodrigues (PS) usou da palavra para apresentar o voto de saudação "eleição dos órgãos sociais da ACCA – Associação de Coletividades do Concelho de Almada";

"Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Os eleitos do Partido Socialista congratulam os novos membros dos órgãos sociais da ACCA - Associação de Coletividades do Concelho de Almada, para o mandato 2020/2023, que no passado dia 17 de setembro tomaram posse nas instalações da Academia Almadense. Desde 2001 que a ACCA reúne um conjunto significativo do movimento associativo em Almada, sendo um ator primordial e uma voz ativa na sociedade almadense. É de salientar todo o trabalho e empenho da ACCA, desde a data da sua fundação, em prol das associações almadenses que representa, na convicção de que os novos membros integrantes da Mesa da Assembleia Geral, da Direção e do Conselho Fiscal terão os votos de confiança de todos os almadenses para o mandato que se iniciou. Assim, a Assembleia Municipal, reunida em Sessão Ordinária, no dia 30 de setembro de 2020, delibera congratular os membros integrantes dos novos órgãos sociais da ACCA e nestes todo o movimento associativo do concelho de Almada."



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.4.11 – A Senhora Deputada Municipal Ana Luísa Rodrigues (CDU) usou da palavra para apresentar a moção/deliberação “pelo reforço dos cuidados primários de saúde”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Em junho passado sublinhámos, nesta Assembleia Municipal, os enormes impactos provocados na comunidade pela pandemia de Covid-19, tanto pelos nefastos efeitos no domínio sanitário e da saúde pública, como pelas suas consequências nos planos social e económico, atingindo duramente centenas de milhares de trabalhadores e suas famílias. Sublinhámos igualmente que uma situação de crise como a que vivemos justifica a mobilização de esforços, recursos e meios técnicos e humanos adequados, dirigidos especificamente à contenção e combate da pandemia, e capazes de garantir uma resposta sólida, estruturada, organizada e eficaz aos seus impactos.

Também em junho passado, a Assembleia Municipal de Almada aprovou um apelo ao Governo para a construção urgente de um Centro de Saúde no Feijó, em terreno cedido há muito pela autarquia para esse efeito, infraestrutura há muito identificada como indispensável ao reforço e melhoria da qualidade da prestação de cuidados de saúde às populações. Acrescem as diversas tomadas de posição desta Assembleia pela reposição de cuidados de saúde primários na Trafaria na sequência da desativação daquele Centro de Saúde, por decisão do Governo do PSD e CDS-PP. O Serviço Nacional de Saúde, não obstante o desinvestimento e subfinanciamento crónicos de que tem sido objeto ao longo de muitos anos, tem sabido e tem conseguido dar a resposta positiva que os portugueses necessitam no combate à pandemia, constituindo o fator decisivo para que a realidade da pandemia em Portugal, sendo naturalmente preocupante, não tenha até ao momento atingido uma dimensão tão dramática como noutros pontos da Europa e do Mundo. Esta realidade não dispensa – antes exige –, que o Governo e o Estado assegurem, em simultâneo, um investimento consistente na melhoria da oferta dos serviços públicos que prestam cuidados de saúde primários às populações, e de outros serviços diferenciados nos Centros de Saúde e Hospitais, designadamente no que se refere à garantia de acesso a cuidados relacionados com patologias distintas da Covid-19. Neste quadro, o reforço da capacidade do Serviço Nacional de Saúde em todas as suas valências, através do reforço do financiamento em meios técnicos e profissionais, e assim garantir o acesso a cuidados de saúde a todos os portugueses e em todas as valências, tem que constituir uma prioridade dos decisores políticos e dos governantes. A construção do novo Centro de Saúde no Feijó, a reposição dos cuidados de saúde primários na Trafaria e a reposição das urgências noturnas do serviço de pediatria do Hospital Garcia de Orta, entre outras necessidades, constituem as prioridades mais emergentes no Concelho de Almada.

Assim, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada, propõe que a Assembleia, reunida em Sessão Ordinária em 30 de setembro e 1 de outubro, delibere:

1. Reclamar a adoção das medidas adequadas para a reposição tão breve quanto possível da normalidade do acesso às consultas nos cuidados de saúde primários.
2. Reafirmar a urgente necessidade de construção de um novo Centro de Saúde na Freguesia do Feijó, em terreno cedido pela Câmara Municipal de Almada especificamente para esse efeito há longo tempo.
3. Reafirmar a igualmente urgente necessidade de reposição da prestação de cuidados de saúde primários na Freguesia da Trafaria, desativados pelo Governo do PSD/CDS em claro prejuízo da população da Freguesia da Trafaria.
4. Reiterar a necessidade de assegurar um investimento consistente e permanente na melhoria em geral dos cuidados de saúde prestados pelo Serviço Nacional de Saúde no Concelho de Almada, no quadro dos quais assume particular destaque e urgência a reposição do funcionamento noturno regular das urgências do serviço de pediatria do Hospital Garcia de Orta.”

6.4.12 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Revés (CDU) usou da palavra para apresentar a moção/deliberação “saudação à luta dos utentes pela melhoria dos transportes públicos”;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

No dia 16 de setembro, realizou-se na Cova da Piedade, uma ação de luta organizada pela Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul e pelo Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos em defesa da melhoria dos



transportes públicos. A oferta de transportes públicos de qualidade e em número adequado às necessidades reais das populações, é um dos problemas com que a Área Metropolitana de Lisboa, a Península de Setúbal e o Concelho de Almada em particular, se confrontam essencialmente motivado pelo desinvestimento público no setor, conduzindo a uma acentuada degradação dos transportes públicos. A esta realidade acresceu, em tempo de pandemia, a supressão de carreiras nas horas de maior afluência, e em consequência a não garantia das condições necessárias ao cumprimento do distanciamento físico e respetiva higienização ao material circulante.

Quanto ao transporte rodoviário a situação é ainda pior com a retirada de circulações após as 19 horas e aos fins de semana, e o desrespeito generalizado pelo cumprimento de horários. Refira-se que ao nível do transporte fluvial, o serviço da Transtejo continua a ser prestado pelas mesmas embarcações de há trinta anos e os anunciados dez novos barcos continuam a não ver a hora para navegar no Tejo. As obras no cais de embarque em Cacilhas tardam a ser feitas e a retirada das coberturas de fibrocimento continua adiada. O cais da Trafaria continua a apresentar problemas estruturais, como ficou demonstrado com as intempéries do fim-de-semana de 19 e 20 de setembro. No transporte ferroviário, a Fertagus necessita reforçar a frequência a aumentar o número de composições para garantir o distanciamento físico. No que ao Metro Sul do Tejo diz respeito, as composições continuam a produzir intenso ruído, com indesmentíveis impactos negativos na qualidade de vida das populações que residem junto ao espaço canal. Este transporte público estruturante para toda a margem sul do Tejo e para a Área Metropolitana de Lisboa no seu conjunto, precisa ver concretizadas as fases 2 e 3 do projeto inicial, servindo todo o chamado arco ribeirinho sul até ao Montijo, bem como a extensão à Costa da Caparica. Os transportes públicos não podem ser sinónimo de incerteza e de insegurança. Os utentes reclamam a necessidade de investir no sistema de imediato, não podendo ficar à espera da conclusão do concurso no quadro da Carris Metropolitana, no final de 2021. É necessário garantir que os utentes consigam respeitar o distanciamento físico, que os horários são adequados às necessidades e cumpridos pelos operadores. Recorde-se que os Municípios, e neste caso o Município de Almada, têm responsabilidades na área dos transportes, não só como Autoridades de Transportes, mas também como membros da Área Metropolitana de Lisboa. E como representantes dos seus munícipes devem colocar ao Governo, às entidades do Poder Central e às empresas o sentir, as dificuldades e as propostas para a resolução dos problemas dos seus munícipes.

Assim, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada, propõe que a Assembleia, reunida em sessão ordinária nos dias 24 e 25 de setembro de 2020, delibere:

1. Saudar a iniciativa da Comissão de Utentes de Transportes da Margem Sul e do Movimento dos Utentes dos Serviços Públicos, manifestando a solidariedade desta Assembleia.
2. Assumir o compromisso empenhado na defesa do transporte público.
3. Requerer à Câmara Municipal de Almada, à Área Metropolitana de Lisboa e ao Governo:
 - a. O aumento da frequência em todos os transportes públicos nas horas de maior afluência, designadamente nas horas de maior afluência, garantindo as necessárias condições para observação do distanciamento físico entre os utentes;
 - b. Uma eficaz fiscalização da higienização efetuada pelas empresas de transportes às composições, navios e autocarros;
 - c. A rápida execução das obras necessárias nos cais da Transtejo para remoção das coberturas em fibrocimento e resolução dos problemas estruturais no cais da Trafaria;
 - d. A urgente e eficaz resolução do problema provocado pelo ruído excessivo pela circulação das composições do Metro Sul do Tejo.”

6.4.13 – O Senhor Deputado Municipal Luís Valverde (CDU) usou da palavra para apresentar a moção/deliberação “repor as freguesias extintas – um imperativo democrático”.

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

O processo de agregação/extinção de 1168 freguesias, no âmbito da chamada Reorganização Administrativa do Território, imposto pela Lei nº 11-A/2013, de 28 de janeiro, em execução da Lei nº 22/2012, de 30 de maio, da maioria PSD e CDS, mereceu generalizada contestação e oposição das populações e da esmagadora maioria dos órgãos autárquicos. Ao contrário do propagandeado, a extinção de freguesias, na generalidade, não trouxe ganhos financeiros nem contribuiu para o reforço da coesão territorial, antes acentuou as assimetrias regionais já existentes. Ao encerramento de inúmeros serviços públicos em todo o país, a extinção de freguesias, veio ainda esvaziar e agravar mais a vida em muitas localidades, em particular nas zonas rurais e do interior, onde a Freguesia era a entidade que restava, deixando as populações ao abandono. Perdeu-se a proximidade dos eleitos com as populações, com a redução de cerca de 20 mil eleitos de freguesia; dificultou-se a capacidade de intervenção na resolução de problemas; perdeu-se a identidade de cada freguesia e reduziu-se a capacidade de reivindicação das populações e dos seus órgãos autárquicos. Na legislatura 2013/2017, foram apresentadas iniciativas legislativas na Assembleia da República, com o objetivo de repor as freguesias extintas, de acordo com a vontade das populações e dos órgãos autárquicos, apontando para a eleição dos órgãos repostos em 2017. Estas iniciativas foram rejeitadas com o voto do PS, PSD e CDS. O PS, numa fuga para a frente avançou com uma Resolução recomendando ao governo a avaliação do processo para posterior decisão. De então para cá as populações de norte a sul do país continuam a reivindicar a reposição das freguesias extintas contra a sua vontade. Os últimos Congressos da Associação Nacional de Freguesias (ANAFRE), realizados em 2018 e 2020, colocaram como exigência a reposição das Freguesias extintas contra a sua vontade. Desde 2018 que o Governo PS anunciou ir apresentar uma lei de criação de Freguesias, que permitiria corrigir os erros criados pela extinção de Freguesias imposta pelo governo PSD/CDS. O PCP já voltou a apresentar, em dezembro de 2019, novo projeto de lei de reposição de freguesias, que aguarda agendamento. A reposição de freguesias exige uma lei simples e objetiva, que respeite a vontade das populações. A reposição das freguesias extintas, com eleições em 2021, é um ato de inteira justiça, é uma exigência democrática.

Assim, o Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada propõe que a Assembleia, reunida de em Sessão Ordinária em 24 e 25 de setembro de 2020, delibere:

1. Reclamar do Governo e da Assembleia da República, as medidas legislativas necessárias para reposição das freguesias extintas contra a vontade das populações e dos respetivos órgãos autárquicos.
2. Reclamar que todo o processo esteja concluído de forma a assegurar a eleição dos Órgãos de Freguesia repostos, no ato eleitoral a realizar em 2021.”

6.4.14 – No debate usaram da palavra os Senhores Deputados Municipais António Pedro Maco (CDS-PP), José Rocha (BE), João Galdes (CDU), Artur Alfama (PAN), Ivan Gonçalves (PS), António Salgueiro (PSD), Carlos Guedes (Ind). Usou ainda da palavra a Senhora Presidente da Câmara.

6.4.14.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas para dar o sentido de voto do CDS-PP a estes documentos apresentados hoje nesta Assembleia Municipal. O CDS-PP vai votar favoravelmente todas a moções, com exceção da moção “Repor as Freguesias Extintas”, que entende que esta moção não faz qualquer tipo de sentido, independentemente da intenção da CDU que democraticamente aceitamos. Depois relativamente à moção do Bloco de Esquerda, quanto ao processo de eleição indireta dos presidentes da CCDR, pela instituição efetiva das Regiões Administrativas, o CDS-PP pede a votação na parte deliberativa separada, por ponto. Ainda nas moções apresentadas, quero aqui realçar as moções apresentadas quer pela CDU, quer pelo PS, no que diz respeito à Saudação às Coletividades do Concelho de Almada. É uma moção bem-vinda, é uma moção que traz para esta Assembleia Municipal a discussão daquilo que é a importância das Coletividades e do Associativismo no Concelho de Almada, que tem bastantes tradições e quero mais uma vez lembrar uma das coletividades que está a passar bastantes dificuldades e sabemos que existem outras também, mas que é uma Coletividade que amanhã faz a bonita idade de 172 anos, que é a Incrível Almadense. E, portanto, aqui deixamos e reiteramos mais uma vez para que se possa intentar todos os esforços para que esta Coletividade à semelhança da Academia e bem, também na



mesma rua, um espaço que requer também desenvolvimento e requalificação. Portanto, à semelhança daquilo que aconteceu com a Academia, esperamos também que a Incrível Almadense brevemente possa também ver requalificado o seu espaço nomeadamente o seu salão de festas.”

6.4.14.2 – O Senhor Deputado Municipal José Rocha (BE):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas algumas notas sobre os documentos apresentados pelas várias forças políticas nesta Assembleia Municipal e até para deixar o nosso sentido de voto. Iremos votar favoravelmente os documentos apresentados pela CDU, o PAN e PSD. Sobre a moção do CDS-PP, “Memorial aos ex-Combatentes de Almada”, propomos ao Senhor Deputado Municipal António Maco, que sejam votadas em separado a parte deliberativa e a parte introdutória, não iremos especificar, apenas dizer que não nos identificamos com alguns dos considerandos, no caso da anuência do Senhor Deputado Municipal do CDS-PP, a nossa proposta iremos votar favoravelmente a parte deliberativa e abstermo-nos nos considerandos. Sobre a saudação “Almada Território de Muitos”, apresentada pelo PS, dizer que o Bloco de Esquerda tem votado sempre contra, documentos de autoelogio, é o que o Partido Socialista tem feito de forma recorrente. Somos coerentes mantendo o sentido de voto, entendemos que este documento não é de todo uma promoção ao Concelho, mas sim mais um autoelogio ao Partido Socialista, salientar que o nosso voto contra nada tem a ver com o mérito da conquista deste prémio por esta empresa, mas sim por uma questão de coerência pelo o aproveitamento do mesmo, para autoelogio e autopromoção dos partidos que governam esta autarquia e porque discordamos deste slogan “Almada Território de Muitos”. Para o Bloco de Esquerda, Almada deve e tem de ser território de todos.”

6.4.14.3 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Para algumas notas relativamente aos documentos que temos em apreciação.

1 - Sobre o documento Rejeição do modelo eleição CCDR, apresentado pelo BE, iremos votar a favor. Sublinhamos, entretanto, para além do conteúdo do documento, que os eleitos locais vão eleger para presidente da CCDR alguém que não irá responder nunca perante os órgãos a que esses eleitos locais pertencem, e que nunca poderão ser também demitidos por esses órgãos locais, porque depois de eleitos dependerão, exatamente como hoje acontece, exclusivamente do governo central. Isto é, nós, eleitos locais, vamos eleger alguém que não nos representa de forma alguma e em lugar algum. Sublinharemos ainda que este processo, negociado nos bastidores por PS e PSD, representa objetivamente um novo e manifesto travão à regionalização determinada pela Constituição da República, e tememos mesmo que traduza um primeiro passo para uma tentativa encapotada de fazer regressar os órgãos e eleitos locais a uma espécie de correias de transmissão do poder central, como aconteceu no passado que queremos definitivamente eliminado das nossas vidas.

2 - Sobre a Moção testagem de Covid-19 nas escolas, igualmente apresentado pelo BE, votaremos também a favor, chamando apenas a atenção para o facto da parte final do primeiro ponto da deliberação, parecer-nos redundante, uma vez que é prática no Serviço Nacional de Saúde que todos os casos declaradamente positivos de Covid-19 voltem a ser testados em sequência, até porque essa é mesmo a única forma de saber se a doença é debelada ou não.

3 - Sobre a Saudação Almada Território de Muitos, apresentado pelo PS, o Grupo Municipal da CDU irá votar contra. Sob a capa de uma saudação a uma empresa do nosso Concelho que recebeu um prémio (e nem sequer é referido que prémio foi esse no concreto) pela produção da nova campanha de imagem da CM Almada – empresa constituída por jovens almadenses, que a CDU naturalmente saúda pelo seu trabalho e profissionalismo que reconhecemos de muito elevada qualidade –, o que o PS aqui nos propõe é que sancionemos pelo voto desta moção as opções, sem dúvida legítimas, do atual executivo em matéria da mensagem institucional que pretende veicular. Ora a CDU não se revê no conteúdo conceptual que a atual maioria pretende transmitir e impor na mensagem que entendeu produzir. A CDU sempre entendeu que o Concelho de Almada é, e tem que ser, um território de todos (e para todos), e não apenas um “território de muitos”. A CDU entende que ao contrário do que se procura afirmar neste documento, a ideia de “território de



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

muitos” não alarga, reduz; não integra, exclui; não é sequer mais responsável. O Concelho de Almada – como todo o país – foi durante os tempos do fascismo “território de alguns” (e muito poucos). Almada foi depois, após a Revolução de Abril de 1974, por vontade e conquista do seu Povo, “território de todos” (e para todos). Não aceitamos que Almada possa ser, nos tempos que correm, “território de (apenas) muitos”

6.4.14.4 – O Senhor Deputado Municipal Artur Alfama (PAN):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Apenas também para dar o nosso sentido de voto em relação às várias moções apresentadas. Associamo-nos aos votos de saudação relativos à Associação de Coletividades do Concelho de Almada, tive ligação há mais de 20 anos à Federação Portuguesa das Coletividades de Cultura e Recreio, como dirigente também associativo, estudantil e desportivo, sei bem o papel insubstituível das coletividades e do movimento associativo e por esta razão temos todo o gosto em nos associarmos a estes votos de saudação. De igual forma, ao voto de saudação ao Miguel Oliveira, pelo brilhante desempenho que a todos nos orgulhou. Saudar sobretudo o homem que ele é e a capacidade de influencia que o seu sucesso poderá originar. Deixar naturalmente uma nota para a necessidade de evolução mais rápida nos desportos motorizados, para padrões mais sustentáveis do ponto de vista ecológico. Relativamente à saudação a Professora Elvira Fortunato, também nos associamos, logicamente, a todo o mérito que tem e todo o trabalho que tem feito e que tem também orgulhado o nosso Município. Seremos ainda favoráveis às moções relativas à escola pública, aos reforços de cuidados de saúde primários e à moção das iniciativas pela melhoria dos transportes públicos, que é também como se sabe, uma bandeira nossa no corrente mandato. Depois, relativamente a outras moções que estão aqui em debate. Em relação à moção da reposição das freguesias, não é a primeira vez que este assunto é aqui trazido e em coerência com a posição que já temos tido, julgamos que no Concelho de Almada, esta é uma situação que não se justifica, embora existam obviamente por todo o país alguns Concelhos onde esta resolução administrativa trouxe alguns problemas às populações, estamos em crer que no caso do Concelho de Almada, a relação custo benefício e custo oportunidade, não são favoráveis a esta resolução, pelo que votaremos contra. Iriamos também solicitar a votação por pontos da moção do Bloco de Esquerda, relativa à CCDR e Regiões Administrativas. E relativamente à moção do CDS-PP, também acompanhamos o que foi referido pelo Bloco de Esquerda e gostaríamos de solicitar a votação dos considerandos e da parte resolutiva em separado.”

6.4.14.5 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Relativamente, às moções que temos aqui em discussão, sobre grande parte delas, não temos nada a objetar e votaremos favoravelmente, queríamos só dar algumas notas. Em primeiro lugar, relativamente à moção de saudação para a Associação de Coletividades do Concelho de Almada e obviamente esta é uma saudação que nós acompanhamos, aliás, apresentamos também uma moção própria, mas há um ponto com o qual nós não podemos concordar e que, até parece que é introduzido um bocadinho de forma provocatória no meio do texto. Porque a dada altura, é referido que a Associação de Coletividades do Concelho de Almada representa um espaço importante em debate de ideias, que visa melhorar e alterar os constrangimentos impostos pelo Município de Almada. Ora, vivendo nós a situação que vivemos de pandemia, com as consequências que existem e que têm naturalmente para aquilo que é o movimento associativo, associar os constrangimentos que existem ao Município, desde logo não faz grande sentido. Se estamos a falar daquilo que são as dificuldades que o movimento associativo hoje atravessa e que não são comparáveis aquelas que atravessava por exemplo, há 30, 40 anos atrás, naturalmente não me parece que isso seja algo que se possa assacar ao executivo e sendo que o executivo naturalmente, e os constrangimentos que implica, são os vários executivos, não estarão com certeza a falar apenas do executivo municipal que neste momento lidera os destinos do Concelho. E se estamos a falar sobre aquilo que é o maior rigor que é colocado aquando da justificação das despesas e dos apoios que são atribuídos, também não nos parece que isso seja um constrangimento que não vá em linha de conta com aquilo que são os princípios que o Estado e que o Estado quando apoia uma entidade seja ela qual for deve ter, que é, tentar perceber se o dinheiro foi gasto, se foi gasto da forma como era pressuposto que fosse feito, tendo em conta aquilo que era o apoio do Estado, neste caso por uma autarquia. E, portanto, nós concordamos com a



moção, aquilo que no fundo vimos requer ao proponente, à CDU, era que retirasse esta frase de impostos pelo Município de Almada, se tal não for, se o pedido não for aceite, aquilo que solicitávamos era que votássemos este paragrafo em separado e naturalmente o Partido Socialista votará contra este paragrafo e votará favoravelmente a restante moção. Da mesma forma na saudação à luta dos utentes pela melhoria nos transportes públicos, estamos de acordo com a generalidade da moção, mas a dada altura, no ponto deliberativo, faz-se referência a requer à Câmara Municipal e à Área Metropolitana de Lisboa e ao Governo, uma série de medidas que são de facto importantes, mas que não podem ser ou não devem, se o quisermos fazer de forma verdadeiramente justa, requeridas à Câmara Municipal porque a Câmara Municipal não tem sequer poder para alterar estas questões. Não é a Câmara Municipal, que gere os transportes públicos do Concelho, aquilo que parece é quase que estamos a tentar fazer aqui pequenas manobras de desinformação para quem lá esteja em casa, ou quem depois vá ler estas moções, fique a achar que é responsabilidade da Câmara Municipal, cumprir aquilo que neste caso não é. E, portanto, não era antes quando a CDU vencia as eleições autárquicas aqui em Almada, e os transportes públicos, nomeadamente, a TST, já apresentavam níveis que eram altamente deficitários e continua sem ser hoje. Aquilo que foi feito ao longo dos últimos anos, é que a Câmara Municipal se comprometeu até noutras sedes, em reivindicar melhores condições e vamos ter melhores transportes em Almada, melhores transportes na Área Metropolitana de Lisboa, isso é um mérito dos atuais executivos. Agora, requer junto da Câmara Municipal que resolva uma coisa que não está no seu alcance, não nos parece que seja propriamente muito razoável, ou pelo menos que seja sério, aquilo que podemos é reivindicar junto da Câmara Municipal que trabalhe para resolver estas questões e que faça pressão em quem pode resolver, e nesse sentido aí como é obvio, a Câmara Municipal é um parceiro, tem sido um parceiro nessa reivindicação e temos a certeza que continuará a sê-lo.”

6.4.14.6 – O Senhor Deputado Municipal António Salgueiro (PSD):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Votaremos a favor da saudação do Bloco de Esquerda à Escola Pública bem como a moção sobre os testes gratuitos. Votaremos contra a moção do Bloco de Esquerda sobre a eleição dos Presidentes da CCDR. Votaremos a favor da moção do CDS-PP sobre o memorial aos ex-combatentes de Almada. Votaremos igualmente a favor da saudação do PS relativamente ao prémio Almada – Território de Muitos e da saudação à eleição dos órgãos sociais da Associação de Coletividades do Concelho de Almada. No que respeita às moções apresentadas pela CDU, votaremos a favor da saudação à Associação das Coletividades do Concelho de Almada, desde que seja retirada a frase já referida pelo Sr. Deputado Ivan Gonçalves, votaremos a favor da saudação à Professora Elvira Fortunato, referindo que o nosso grupo municipal também se associa ao texto da moção e deixando nota de que segundo parece a Professora Elvira Fortunato também consta de uma possível lista candidata ao Prémio Nobel da Física em 2021, feito que a ser alcançado muito nos orgulharia.

Votaremos também a favor da moção pelo reforço dos cuidados primários de saúde e da saudação à luta dos utentes pela melhoria dos transportes públicos. Já no que se refere à moção da CDU relativa à reposição das freguesias, consideramos que os pressupostos que levaram em 2012 à reorganização administrativa territorial autárquica se mantêm inalterados, pelo que votaremos contra. Finalmente, sobre a recomendação do PAN pelo fim das beatas no chão não podemos estar mais de acordo, pelo que votaremos a favor.”

6.4.14.7 – A Senhora Presidente da Câmara Municipal:

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Quero em nome da Câmara Municipal, embora aqui o executivo não vote, associarmo-nos obviamente às saudações quer seja do Miguel Oliveira, quer seja da Professora Elvira Fortunato, assim como à eleição dos órgãos da ACA – Associação de Coletividades do Concelho de Almada e aproveitar estes breves minutos para poder esclarecer aqui algumas questões que foram mencionadas pelas moções. Em primeiro lugar, relativamente, à questão dos transportes públicos, eu não vou entrar no debate é conhecido, a Câmara Municipal de facto, não tem competências nem ao nível dos transportes fluviais, nem ao nível até mesmo do Metro Sul do Tejo, como sabem, é um contrato férreo que foi há vários anos e que acho que não faz sentido



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

estarmos agora aqui a debater. Quero, no entanto, lembrar aquela que foi uma grande vitória e que esperemos agora que corra bem, apesar do grupo que venceu e estou certa que virá com outras predisposições. O termino do concurso ainda não terminou, ainda está na fase final, há eventualmente reivindicações, mas de qualquer maneira, o grande concurso que foi lançado para a nova rede de transportes públicos. E só de forma muito breve, porque depois faremos uma apresentação detalhada, aliás, o caderno de encargos já foi enviado a todos/as os/as Senhores/as Vereadores/as, para que junto das suas forças partidárias possam analisar com cuidado, ele estava publicado em Diário da República, quero deixar aqui apenas uma nota, que Almada terá 34 novas linhas municipais e intermunicipais, 22 novas linhas municipais e 8 novas linhas intermunicipais assim como novas linhas intermunicipais, portanto, nós propusemos 8, e houve mais 4 que foram propostas pelos os outros Municípios, mas que também passam em Almada. Depois isto poderá ser detalhado com mais atenção, mas importa lembrar que só houve 3 Municípios a fazerem uma proposta própria, Almada foi uma delas, mesmo assim, estas 34 novas foi o resultado de uma negociação que houve com todos os Municípios, mas é importante salientar este acréscimo de linhas e também de frequências, mas estamos a trabalhar nesse sentido. Lembrar também em função dos cuidados de saúde e estou a tentar ser o mais rápida possível, que logo em julho quando surgiram as questões, nós mandamos um ofício para o Ministério da Saúde, para a ARS-LVT, também para o Hospital Garcia da Orta, para o qual aliás, obtivemos resposta, seja relativamente ao serviço de ginecologia/obstetrícia, onde a Administração garante não haver qualquer risco nesse sentido e também volta a insistir na questão da dificuldade de encontrar recursos para o serviço de pediatria, nomeadamente as urgências, dando-nos nota que, só por causa da pandemia é que não terminaram, aliás, não conseguiram terminar o facto de, integrar novos profissionais que já estavam previstos. Ainda são insuficientes, mas são profissionais. E sempre que há uma notícia relativamente ao Hospital Garcia da Orta, nós temos agido. Muito brevemente relativamente ao Centro de Saúde do Feijó, já exprimimos até na última reunião de Assembleia Municipal, até com uma moção apresentada pelos Senhores/as Deputados/as Municipais do Partido Socialista, a nossa concordância. Relativamente ao Centro de Saúde da Trafaria, quero também dar nota, penso que também já referimos, que não estando ele na listagem dos imóveis que viriam para o Município em caso de transferência de competências, nós já formalizamos até um pedido para que o edifício pudesse vir para nós, no sentido de podermos criar ali o projeto. Como ainda não obtivemos resposta a esse nível, iremos inaugurar para a semana a Unidade Móvel, não substitui um centro de saúde, sabemos bem. Dizer também muito rapidamente que, entretanto, também já houve reuniões com as escolas, com todos os diretores de agrupamentos escolares, com as autoridades de saúde, porque também aqui ao nível da saúde e sobretudo este início do ano escolar, os serviços municipais têm estado empenhados e promovendo aliás, estes encontros e até este contacto direto. E ficarei por aqui.”

6.4.14.8 – O Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves (PS):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Só dar aqui mais duas notas. Relativamente à moção dos testes gratuitos a professores e assistentes operacionais e alunos, nós o Partido Socialista, entendemos necessariamente, esta medida como é obvio, se vivêssemos no mundo ideal era necessariamente uma medida positiva. Tem é um problema, que é de facto, não ser exequível ou ser de muito difícil exequibilidade. A comunidade educativa em Portugal, é composta por mais ou menos um milhão e duzentas mil pessoas, grosso modo, estamos a falar de mais de 10% da população portuguesa. E os custos associados a testar todas estas pessoas, estão na ordem, se contarmos com um custo medio de noventa euros por teste zaragatoa, estamos a falar de mais de 100.000.000.00€ (cem milhões de euros) por cada um destes testes a estas mais de um milhão de pessoas. Depois a moção não nos fala sobre de quantas vezes estes testes seriam feitos, são todas as semanas? Todos os meses? De ano a ano? Quer dizer fazer testes, nós também sabemos que o teste dá uma fotografia naquele momento, nada nos impede de fazermos o teste hoje, e que daí a dois, três dias, possamos vir a ser infetados pelo vírus. E, portanto, enquadra-se um bocadinho numa logica de forma preventiva, mas levada ao extremo, necessariamente seria uma medida positiva como já referi, mas é de difícil exequibilidade. E, portanto, aquilo que nos parece é que nós devemos continuar a seguir as medidas que temos seguido até aqui, também não temos nenhuma informação de que a testagem total esteja excluída daqueles que são os planos do Governo ou da Direção Geral de Saúde, agora,



necessariamente as medidas que estão a ser tomadas têm garantido que os estudantes podem frequentar as escolas em segurança, aliás, as notícias que temos é que sempre que existem focos de infeção, todas as pessoas, todos os estudantes, todos os professores que contactam com aquele aluno são imediatamente isolados e que esse esforço está a ser feito mesmo, inclusivamente e como não poderia deixar de ser, aqui no Concelho de Almada. E, portanto, acho que alarmismos e pânicos generalizados, são de facto, alguma coisa que não nos traz nenhuma vantagem neste momento. Se estivéssemos a falar de uma lista de pedidos ao Pai Natal, uma lista de compras, necessariamente podemos lá incluir esta. Mas não é disso que estamos a falar, estamos a falar de políticas públicas que se pressupõe que sejam sérias. Portanto, nós não somos obviamente contra esta proposta, acho que é difícil ser-se contra esta proposta, percebemos que ela não é necessariamente exequível. Portanto, vamos nos abster. Relativamente, à moção pela reposição das freguesias extintas na reforma que foi feita há alguns anos, há cerca de oito anos. O Partido Socialista foi contra esta reforma e contra a forma com que esta reforma foi feita, nós entendemos que foi uma reforma feita a régua e esquadro, que não teve em conta aquilo que eram os interesses das populações. Ora da mesma forma que nós fomos contra a construção de uma reforma que é feita sem essa devida ponderação, também somos contra, fazer-se uma reversão total dessa mesma reforma sem que se possa fazer uma avaliação dos seus impactos e sem percebermos o que é melhor para as populações em cada momento, apenas porque queremos voltar a um princípio que fazia sentido há uns anos, mas que agora até pode não fazer sentido. Portanto, nós somos favoráveis a que o Município estude o mapa de freguesias que tem atualmente, aliás, esse é um trabalho que podia ter sido feito à data da implementação da reforma e que só não foi feito porque na altura os executivos da CDU no nosso território entenderam que não se deviam pronunciar sobre aquele que devia ser o mapa a adotar, o que fez com que se calhar hoje nós pudéssemos ter divisões de freguesias que fossem feitas de forma diferente e mais uteis, e, portanto, essa postura de ausência do debate levou-nos ao ponto onde nós estamos hoje. Compreendo que essa postura de ausência de debate era porque existia uma oposição frontal à reforma. Hoje, passaram oito anos, não faz sentido nenhum, que nós digamos: “agora fazemos da estaca zero tudo aquilo que foi feito, fazemos tabua rasa, e voltamos a implementar as onze freguesias”. Portanto, isso não resolve nenhum problema de nenhum almadense, não resolve nenhum problema das Autarquias Locais, aliás, se calhar o que devíamos estar a discutir, era se existe ou não a possibilidade de mega freguesias como nós temos aqui em Almada, por exemplo, poderem ter mais condições para fazerem o seu trabalho, poderem alargar o seu quadro de pessoal, poderem ter mais eleitos a trabalhar a tempo inteiro, nós temos várias, aliás grande parte delas geridas por autarcas da CDU e, portanto, a CDU saberá melhor do que nós as dificuldades que existem em gerir aquelas estruturas sem ter muitas vezes, os mecanismos públicos que deviam estar à sua disposição, isto sem prejuízo necessariamente depois de falta de vontade de resolver alguns problemas que nós também sabemos que existem, muitas vezes até para que a perceção pública se vir contra o trabalho da Câmara Municipal. Mas isso era outra conversa já discutimos isso até nesta Assembleia Municipal. Portanto, esta moção acaba por ser uma oportunidade perdida para que nós possamos fazer o debate que importa, que é saber qual o modelo de freguesias que queremos em Almada. Há uma coisa que nós temos a certeza, não queremos regressar a um modelo que a CDU preconiza aqui nesta moção. E, portanto, dessa forma nós vamos votar contra. Mas estamos e estaremos completamente disponíveis para iniciar este debate e para perceber qual é que é o mapa que melhor satisfaz os interesses das populações, e não os interesses das forças partidárias. Sobre a moção que deu entrada por esta Assembleia Municipal, sobre a CCDR, as Comissões de Coordenação de Desenvolvimento Regional, são de facto, as estruturas que dão corpo aquela que é a divisão que temos neste momento em Portugal Continental, que divide o país em 5 Regiões Plano. Ora, estas direções da CCDR eram até hoje nomeadas pelo Governo. Neste caso o Governo do Partido Socialista tinha o poder de nomear as suas direções. O que se vai passar a partir de agora, é que existe um processo democrático, em que mais de dez mil autarcas do país vão poder eleger as direções das CCDR,s e por isso todos nós estamos convocados, para no dia 13 de outubro, podermos votar e escolher aqueles que são os nossos representantes nas CCDR,s. Portanto, nós entendemos que este é um grande avanço para aquilo que é a forma com o país se organiza e é algo que vai ao encontro daquilo que está estabelecido no programa do Governo, tal como é a descentralização de competências, que aprofunda a proximidade do Estado relativamente às populações. Portanto, a partir do momento em que é uma reforma que nos traz mais democraticidade e podemos discutir se é uma reforma perfeita ou se não é, dou de barato que não seja, mas é uma situação melhor do que aquela em que nos encontramos hoje em dia, e que



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

contribui para melhorar a forma como o Estado se relaciona com os cidadãos, parece-nos um pouco estranho que existam partidos nesta Assembleia Municipal que queiram votar contra esta reforma que é feita, no sentido de dar mais democracia às CCDR,s. E, portanto, eu pessoalmente até preferia, é uma opinião pessoal, preferia que nós avançássemos para um modelo de regionalização, mas claramente percebemos que não existem condições políticas, para que esse modelo fosse aprovado neste momento. Portanto, se podemos dar aqui um primeiro passo, que é um passo importante no sentido de regionalizar o país, no sentido de aumentar a legitimidade também das CCDR,s e direções das CCDR,s nós entendemos que é positivo e entendemos que criticar apenas por criticar, não traz nada de útil a este debate e infelizmente essa é a postura que o Bloco de Esquerda tem tido ao longo deste debate. E quando se fala na moção sobre arranjos que são feitos entre o PSD e o PS, peço muito desculpa, mas a democracia tem algumas regras e o acordo que existiu relativamente a esta eleição entre o PS e o PSD, não tem nada de mais de diferente daqueles acordos que são estabelecidos por todos os partidos, todos os partidos que têm algumas plataformas de entendimento, que têm um chão comum, mas é precisamente aquilo que é a base em que assenta o sistema democrático, é os partidos dialogarem e conseguirem estabelecer alguns entendimentos. Neste caso estamos a falar de dois partidos que em conjunto, lideram 257 Câmaras Municipais num país num total de 308. Ou seja, mais de 80% das Câmaras Municipais são lideradas por PS ou PSD, e, portanto, existindo um entendimento entre estes dois partidos, eu diria que a maioria das Câmaras Municipais obviamente esta representada. Sendo certo, que em nenhuma parte do processo foi impedido nenhum partido de apresentar candidaturas às CCDR A CDU podia fazê-lo, o PCP, os Verdes, o Bloco de Esquerda, e optaram por não o fazer, optaram mais uma vez por não participar no processo. Até porque quem elegeu estes autarcas que agora foram votar ou irão votar, foi o povo. E, portanto, a democracia também pode ser exercida desta forma e não vem daí nenhum problema. Agora, se o Bloco de Esquerda não tem o número de eleitos suficiente para poder participar desta forma nestas eleições, se não valoriza o poder ou se não valorizar o Poder Local Democrático dessa forma, para lhe dar a legitimidade para poder votar nestes representantes, isso é uma coisa que o Bloco de Esquerda terá que resolver. Agora, questionar a legitimidade deste processo, questionar a legitimidade de todos nós, para podemos votar para os dirigentes da CCDR, não nos parece que seja legítimo, nem nos parece que traga nada de construtivo ao debate. Esta reforma vai trazer mais democracia, vai trazer melhor serviço público, é um passo, é um passo que podemos questionar se é grande, se é pequeno, mas é um passo que se dá a nosso ver, no sentido certo e, portanto, estranhos esta moção e votaremos necessariamente contra o seu conteúdo.”

6.4.14.9 – O Senhor Deputado Municipal Carlos Guedes (Ind):

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

Eu não ia dizer nada, mas, esta última intervenção do Senhor Deputado Municipal Ivan Gonçalves, suscitou-me algumas coisas. A eleição é dia 13 de outubro, uma eleição normalmente pressupõe uma campanha, pressupõe algum intercâmbio entre quem se propõe a ser eleito e os seus eleitores. Eu não faço ideia de quem é o candidato à CCDR para a qual supostamente dia 13 de outubro terei que votar. Não faço ideia quais são as ideias que defende, e tenho muitas dúvidas sobre, ao contrário do que o Senhor Deputado Municipal disse de que isto é legítimo, tenho muitas dúvidas sobre a legitimidade deste processo. Já as tinha anteriormente, isto não é a primeira vez que estamos a votar para um organismo qualquer supra Assembleias, supra Autarquias, e isto há uma coisa que no meio de todas as dúvidas que tenho, há uma certeza que eu tenho, que é: estamos a fazer isto nas costas do povo e eu tenho pena quando o PS escolhe fazer estes arranjos, olhe sempre para a sua direita e nunca olhe para a sua esquerda. Porque se calhar tínhamos a regionalização que já está prevista na Constituição desde 1976, já a tínhamos implementado e já não estávamos a discutir este disparate, porque isto é um disparate e não há aprofundamento nenhum de democracia, quando estas coisas acontecem nas costas do povo tal como a supressão das freguesias também.”

6.4.15 – Não havendo mais pedidos de palavra e verificado o quórum passou-se à votação dos documentos, tendo-se apurado os seguintes resultados:

6.4.15.1 – A moção “saudação a Miguel Oliveira” foi aprovada por unanimidade.

6.4.15.2 – O documento “saudação a escola pública” foi aprovada por unanimidade.



6.4.15.3 – A moção “contra o processo de eleição indireta dos presidentes das CCDR e pela instituição efetiva das Regiões Administrativas” foi votada ponto por ponto e foi rejeitada, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.15.3.1 – A parte não deliberativa do documento foi rejeitada por maioria, com 18 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind); 1 abstenção do eleito do PAN; e 17 contra, sendo 12 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind).

6.4.15.3.2 – O ponto 1 da parte deliberativa foi rejeitado por maioria com 18 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), e 18 votos a favor, sendo 12 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind). Tendo-se verificado o empate, o Senhor Presidente usou o seu voto de qualidade, nos termos regimentais, contra.

6.4.15.3 – O Ponto 2 da parte deliberativa foi rejeitado por maioria com 19 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do Grupo Municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind) 1 abstenção do eleito do PAN e 16 votos a favor, sendo 12 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind).

6.4.15.4 – A moção “pela disponibilização de testes gratuitos a professores, assistentes operacionais e alunos” foi aprovada por maioria, com 22 votos a favor, sendo 12 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do grupo municipal do PSD, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, e do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind) e 14 abstenções, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind);

6.4.15.5 – A moção “memorial aos ex-combatentes de Almada” foi votada ponto por ponto, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.15.5.1 – A parte não deliberativa foi aprovada por maioria com 31 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 12 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do grupo municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind) e 5 abstenções, sendo 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e 1 do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind).

6.4.15.5.2 – A parte deliberativa do documento foi aprovada por maioria, com 35 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 12 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 4 dos eleitos do grupo municipal do PSD, 1 do eleito do CDS-PP, e 1 da Senhora Deputada Municipal Sílvia Sousa (Ind); cinco abstenções 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN, e 1 abstenção do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind).



MUNICÍPIO DE ALMADA Assembleia Municipal

6.4.15.6 – A saudação “Almada – Território de Muitos – é premiada” foi aprovada por maioria com 20 votos a favor, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do grupo municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), 1 abstenção do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind) e 15 votos contra, sendo 12 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram e 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE.

6.4.15.6.1 – O Senhor Deputado Municipal João Gerales (CDU) apresentou uma declaração de voto sobre a saudação “Almada – Território de Muitos – é premiada”

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O Grupo Municipal da CDU na Assembleia Municipal de Almada votou contra a proposta de saudação Almada – Território de Muitos é premiada, apresentada pelo Grupo Municipal do Partido Socialista (PS) pelas seguintes razões:

O Grupo Municipal da CDU reitera expressamente a saudação e o reconhecimento pela grande valia do trabalho desenvolvido pela empresa Deadinbeirut, uma empresa de Almada, constituída por jovens muito ativos e criativos, que a CDU saúda pelo seu trabalho e pelo seu profissionalismo de muito elevada qualidade que colocam em geral no trabalho que produzem, e de que o prémio recebido é testemunho inequívoco. Contudo, o texto submetido a deliberação da Assembleia Municipal pelo Grupo Municipal do PS, pretendendo constituir-se como justa saudação àquela empresa Almadense e ao prémio recebido pela conceção da nova imagem institucional que a Câmara Municipal de Almada entendeu desenvolver, é na verdade muito mais do que essa saudação. Nesse “muito mais” residem as razões pelas quais a CDU não pode acompanhar o texto proposto. Do ponto de vista concetual, a rutura que a atual maioria pretende concretizar com a alteração da imagem institucional do município – uma decisão que a CDU considera, aliás, legítima do ponto de vista político –, é-nos explicada pela própria Câmara Municipal como centrada num conceito alegadamente histórico, que é traduzido na consigna base “Almada, Território de Muitos”, cuja autenticidade diversos historiadores e outros estudiosos da vida e da história de Almada contestam, considerando mesmo que se trata de uma interpretação errónea sobre a participação de cruzados ingleses na tomada de Lisboa aos Mouros em 1147. Independentemente deste fundamento histórico que não é inequívoco, a verdade é que esta opção comunicacional rompe declaradamente com a afirmação, presente em todo o percurso democrático do Concelho de Almada encetado a partir da Revolução de 25 de Abril de 1974, que concebe o Concelho de Almada como território de todos e, sobretudo, território para todos. A CDU entende que não se trata de uma questão puramente semântica. Os conceitos de “muitos” e de “todos” não são sinónimos nem se sobrepõem, como se fosse indiferente a sua utilização. Ao contrário do que o texto proposto pelo PS procura afirmar, a ideia de “território de muitos” não alarga horizontes, reduz horizontes; não integra cidadãos, exclui cidadãos; nem é mais responsável. Almada – como todo o nosso país – foi durante os tempos do fascismo “território de alguns” (alguns, demasiado poucos). Almada foi depois, com a Revolução de 25 de Abril de 1974, por vontade e por conquista do seu Povo, “território de todos” (e para todos). Almada não pode ser, nos tempos que correm, “território de (apenas) muitos”. Por estas razões, e salvaguardando a merecida saudação ao trabalho da empresa de comunicação que desenvolveu a proposta agora premiada, a CDU não poderia acompanhar o texto proposto pelo PS e por isso expressou o seu voto contra.”

6.4.15.7 – A moção/deliberação “saudação à Associação de Coletividades do Concelho de Almada” foi votada ponto por ponto, tendo-se verificado os seguintes resultados:

6.4.15.7.1 – O 2º parágrafo da parte não deliberativa foi rejeitado por maioria, com 18 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do grupo municipal do PSD e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa (Ind), 1 abstenção do eleito do CDS-PP, e 17 votos a favor, sendo 12 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que



7h

o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE, 1 do eleito do PAN e do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind).

6.4.15.7.2 – O restante texto do documento foi aprovado por unanimidade.

6.4.15.8 – A recomendação “pelo fim das beatas no chão das nossas ruas” foi aprovada por unanimidade.

6.4.15.9 – A moção/deliberação “saudação à Professora Elvira Fortunato” foi aprovada por unanimidade.

6.4.15.10 – O voto de saudação “eleição dos órgãos sociais da ACCA – Associação de Coletividades do Concelho de Almada” foi aprovado por unanimidade.

6.4.15.11 – A moção/deliberação “pelo reforço dos cuidados primários de saúde” foi aprovada por unanimidade.

6.4.15.11.1 – O Senhor Deputado Municipal António Pedro Maco (CDS-PP) apresenta uma declaração de voto sobre a moção/deliberação “pelo reforço dos cuidados primários de saúde;

“Senhor Presidente, Senhores/as Deputados/as Municipais;

O CDS-Partido Popular vota favoravelmente a Moção da CDU “Pelo reforço dos cuidados primários de saúde”, aproveitando para proferir algumas considerações acerca do tema. O CDS-Partido Popular em Almada e no âmbito nacional tem manifestado inúmeras preocupações relativamente à falta de investimento no plano da saúde. Os vários problemas que se têm agudizado nos últimos anos em muitos dos estabelecimentos de saúde quer nos hospitais quer nos centros de saúde um pouco por todo o país com falta de profissionais de saúde, nomeadamente médicos, enfermeiros e pessoal auxiliar, valências cada vez mais debilitadas, urgências a fechar ou em risco de fechar, em concreto urgências de pediatria, lista de espera de consultas e cirurgias engrossando fileiras tal como um sistema de assistência hospitalar cada vez mais no limite, piorando com o cenário de epidemia, vem colocar a nu todas as imensas fragilidades de um sistema que necessita de mais investimento e de uma outra intervenção. Também no caso de Almada a saúde encontra-se debilitada. A falta de médicos de família que possa cobrir mais população é um dos grandes problemas do concelho em termos de saúde. A juntar a isto, encontramos um centro de saúde no Laranjeiro, a necessitar urgentemente de uma profunda intervenção quer em meios humanos quer em material e na própria infraestrutura. Ainda na mesma união de freguesias, o (novo) centro de saúde do Feijó, e apesar dos terrenos já terem sido há muito disponibilizados pela câmara, o poder central tarde em resolver o problema e, com certeza, teremos mais um Orçamento de Estado que não contempla a respetiva obra, facto esse, que deixa milhares de almadenses com acesso às condições de saúde muito dificultadas, não fosse essa localidade representativa de pessoas muito idosos coem dificuldades na sua locomoção e deslocação, isto já para não falar do deficiente serviço de transportes público na zona. Neste acumular de problemas, temos ainda um hospital que vê refletida a falta de investimento no encerramento de urgências, em concreto de pediatria encerrado à noite e aos fins de semana, tal como as constantes ameaças de demissões e alertas dos vários corpos clínicos perante segundo palavras dos mesmos, uma gestão desadequada para as finalidades concretas. Ainda no que toca aos centros de saúde, o CDS-Partido Popular defende, e para que a população da Trafaria tenha um acesso condigno aos serviços e prestação de cuidados de saúde, ainda mais por uma população bastante envelhecida e localizada em lugares recônditos da freguesia, o melhoramento dos transportes, nomeadamente a inclusão do circuito da saúde no roteiro total da freguesia, tal como o reforço dos próprios transportes públicos à Costa da Caparica, o centro de saúde que serve a Trafaria, uma vez que o encerramento do anterior na localidade se provou que não tinha viabilidade devido à falta de escala com um centro de saúde tão próximo. Como tal, obrigatoriamente, tem de haver reforço no acesso das populações ao centro de saúde da Costa da Caparica.”

6.4.15.12 – A moção/deliberação “saudação à luta dos utentes pela melhoria dos transportes públicos” foi aprovada por unanimidade.

6.4.15.13 – A moção/deliberação “repor as freguesias extintas – um imperativo democrático” foi rejeitada por maioria com 20 votos contra, sendo 13 dos eleitos do Grupo Municipal do PS incluindo do Senhor Presidente de Junta de Freguesia e do Senhor Presidente de Junta de União de Freguesias, 4 dos eleitos do grupo municipal do PSD, 1 do eleito do PAN, 1 do eleito do CDS-PP e 1 da Senhora Deputada Municipal Independente Sílvia Sousa



MUNICÍPIO DE ALMADA
Assembleia Municipal

(Ind), e 16 votos a favor, sendo 12 dos eleitos do Grupo Municipal da CDU incluindo os/a Senhores/a Presidentes de Junta de União de Freguesias que o integram, 3 dos eleitos do Grupo Municipal do BE e do Senhor Deputado Municipal Independente Carlos Guedes (Ind).

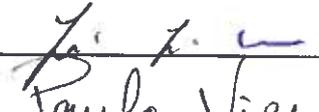
7 – Tendo-se atingido a hora regimental de termo da reunião, sendo cerca das 00h 25m, deu-se por concluída a reunião, prosseguindo os trabalhos no dia 1 de outubro às 21h 15m no mesmo local.

8 – Tendo em consideração a informação sobre os membros da Câmara Municipal em funções, foi verificada a presença na Reunião da Senhora Presidente da Câmara Municipal e dos/as Vereadores/as Senhores/as Francisca Parreira, João Couvaneiro, Teodolinda Silveira, Miguel Salvado, Lina Gonzalez, António Matos, Tiago Galveia e Joana Mortágua.

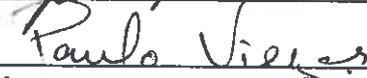
9 - Foi verificada a presença na reunião dos operadores de câmara que transmitiram a reunião e de cerca de 20 Senhores Múncipes.

10 - Por ser verdade se elaborou a presente Ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada pela Mesa.

O PRESIDENTE



O 1º SECRETÁRIO



A 2ª SECRETÁRIA

